

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

Jaqueline Alves Scarduelli

**‘DEVE’ E ‘DEVIA’
OS LIMITES DA SIGNIFICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.
Orientadora: Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

S285d Scarduelli, Jaqueline Alves
'Deve' e 'devia' [dissertação] : os limites da significação
/ Jaqueline Alves Scarduelli ; orientadora, Roberta Pires de
Oliveira. - Florianópolis, SC, 2011.
109 p.: grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Modalidade - (Linguística). 3.
Possibilidade. 4. Língua portuguesa - Semântica. 1. Oliveira,
Roberta Pires de. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

CDU 801

Jaqueline Alves Scarduelli

‘DEVE’ E ‘DEVIA’: OS LIMITES DA SIGNIFICAÇÃO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Linguística”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 01 de setembro de 2011.

Prof.^a, Dr.^a Rosângela Hammes Rodrigues
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística

Banca Examinadora:

Prof.^a, Dr.^a Roberta Pires de Oliveira,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Marcelo Ferreira,
Universidade de São Paulo

Prof., Dr. Cezar Augusto Mortari,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a, Dr.^a. Ina Emmel,
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Cléia e Roberto, meus pais
queridos e infinitamente amados.

AGRADECIMENTOS

À meus pais, Cléia e Roberto, por dedicar toda sua vida aos filhos e me proporcionar desde sempre toda a forma de incentivo.

À Roberta, pela paciência, compreensão, por sua amizade e por sempre acreditar em mim.

Aos meus irmãos, Franck e Michelle, pelo carinho.

Ao meu marido, Felipe, pelo amor e aconchego.

Aos professores Marcelo Ferreira e Cezar Mortari, por suas críticas construtivas na qualificação dessa dissertação.

Ao pessoal do NEG – Núcleo de Estudos Gramaticais – por cederem sua intuição.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

À Deus, por sempre estar ao meu lado.

RESUMO

Essa dissertação estuda os significados dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ do português brasileiro quando formam um par mínimo de sentenças. Para tanto, iniciamos com um panorama acerca da modalidade das línguas naturais e posteriormente, apresentamos uma breve caracterização dos auxiliares modais. O arcabouço teórico utilizado foi a teoria de Kratzer (1981, 1991, 2010), que se fundamenta na semântica de mundos possíveis. O objetivo é traçar as semelhanças, diferenças e especializações entre os auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ quando orientados para o futuro. As fontes de ordenação analisadas para o objeto de estudo serão a epistêmica, deontica e teleológica, com um especial enfoque na epistêmica. Para isso, partimos da hipótese de que os dois modais veiculam necessidade fraca, porém eles não dizem o mesmo e essa diferença poderá ser captada através do morfema de imperfeito presente em ‘devia’, mas não em ‘deve’. Através das análises intuitivas, percebeu-se que ‘deve’ é especializado, isto é, ele “prefere” se combinar com base modal epistêmica, mas também se encaixa em contextos deonticos e teleológicos, podendo ainda expressar ordem e conselho como ato de fala. Ao passo que ‘devia’ prefere se combinar com fonte de ordenação teleológica, expressa conselho como ato de fala e não “gosta” de ser epistêmico e nem deontico. A noção de necessidade fraca de Kratzer sozinha não consegue explicar a semântica de ‘deve’ e ‘devia’, já que podemos perceber que um é mais objetivo e o outro subjetivo, respectivamente.

Palavras-chave: Modalidade, Semântica de Mundos Possíveis, Auxiliares Modais, Base Modal, Fonte de Ordenação.

ABSTRACT

This dissertation studies the meanings of the modal auxiliary 'deve' and 'devia' in Brazilian Portuguese when they form a minimal pair of sentences. To this end, we begin with an overview about the modality of natural language and then present a brief characterization of the modal auxiliary. The theoretical framework used was the theory of Kratzer (1981, 1991, 2010), which is based on the semantics of possible worlds. The goal is to trace the similarities, differences and specializations among modal auxiliary 'deve' and 'devia' when future-oriented. The sources analyzed to sort the object of study will be the epistemic, deontic and teleologic, with a special focus on the epistemic. For this, we start from the assumption that both indicate weak necessity, but they do not say the same and this difference can be captured through the imperfect morpheme present in 'devia' but not 'deve'. Through the intuitive analysis, it was realized that 'deve' is specialized, that is, he "prefers" to combine with epistemic modal basis, but also fits in deontic and teleological contexts, and may also express order and advice as a speech act. While 'devia' prefer to combine with teleological ordering source expressing advice as a speech act and not "like" to be deontic and epistemic. The notion of weak necessity Kratzer alone can not explain the semantics of 'deve' and 'devia' because we can see that one is more objective and one subjective, respectively.

Keywords: Modality, Possible World Semantics, Modal Auxiliars, Modal Base, Ordering Source.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore/estrutura sintática da sentença modal (19a) sem os movimentos de ‘mova- α ’	38
Figura 2 – Árvore/estrutura sintática da sentença modal (19a) com os movimentos de ‘mova- α ’	39
Figura 3 – Árvore da estrutura de uma sentença modalizada	55
Figura 4 – Árvore da estrutura da sentença modalizada (6).....	55
Figura 5 – Ordenação dos mundos da base modal da sentença (6).....	62
Figura 6 – Representação da restrição de mundos da base modal epistêmica de ‘deve’	93
Figura 7 – Representação da atuação da fonte de ordenação na BM anteriormente estabelecida	94
Figura 8 – Base modal de (7), onde a área pintada representa os mundos mais próximos aos ideais, aqueles onde p é verdadeira	95
Figura 9 – Representação da base modal (BM) de (8)	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Representação dos símbolos dos operadores modais	33
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PB – Português Brasileiro
SMP – Semântica de Mundos Possíveis
p - proposição
IP – Sintagma Flexional de Tempo
VP – Sintagma Verbal
InfP – Sintagma formado por verbo no Infinitivo
DP – Sintagma determinante
Spec - Especificador
t – Traço ou Vestígio
PP – Perspectiva Presente
OF – Orientação Futura
EPIS - Epistêmico
S - Estrutura
K_x – Necessidade Epistêmica
W – Conjunto de Todos os Mundos Possíveis
w – Mundo Possível
f – Base Modal
g – Fonte de Ordenação
FC – Fundo Conversacional
BM – Base Modal

LISTA DE SÍMBOLOS

- Operador de Necessidade
- ◇ Operador de Possibilidade
- * Sentença Agramatical
- # Sentença Estranha no contexto descrito
- ? Sentença duvidosa quanto ao grau de aceitabilidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	CAPÍTULO I: DELIMITANDO O FENÔMENO.....	27
2.0	INTRODUÇÃO.....	27
2.1	ASPECTOS GERAIS DA MODALIDADE.....	27
2.2	FORMALISMO VS. FUNCIONALISMO.....	29
2.3	AUXILIARES MODAIS.....	34
2.4	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA.....	45
3	CAPÍTULO II: O MODELO DE KRATZER (1981, 1991, 2010).....	49
3.0	INTRODUÇÃO.....	49
3.1	AMBIGUIDADE VS. INDETERMINAÇÃO.....	49
3.2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE KRATZER.....	53
3.3	APLICANDO A TEORIA DE KRATZER.....	61
3.4	NECESSIDADE VS. NECESSIDADE FRACA.....	63
3.5	‘DEVE’ E ‘DEVIA’: NECESSIDADE FRACA.....	64
4	CAPÍTULO III: ‘DEVE’ vs. ‘DEVIA’: UMA ANÁLISE INTUITIVA E TEÓRICA.....	71
4.0	INTRODUÇÃO.....	71
4.1	MODALIDADE EPISTÊMICA.....	71
4.2	MODALIDADE DEÔNTICA.....	78
4.3	MODALIDADE TELEOLÓGICA.....	87
4.4	UMA SEMÂNTICA PARA ‘DEVE’ E ‘DEVIA’.....	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICE – Testes Epistêmicos.....	107

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por tema a questão dos significados e especializações diferenciadas dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ na perspectiva da semântica formal. O arcabouço teórico utilizado será a teoria de Kratzer (1981, 1991, 2010) sob a perspectiva da semântica de mundos possíveis. Até onde se constatou, não há trabalhos que investiguem a semântica de ‘deve’ e ‘devia’, portanto esse estudo pretende ser uma contribuição para a área de pesquisa em semântica das línguas naturais. Dado a complexidade do assunto, a intenção é que novos caminhos sejam descobertos a partir desse início de investigação.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se uma introdução à modalidade nas línguas naturais, de forma a elucidar os conceitos da visão funcionalista e da formalista da modalidade e suas diferenças apresentando a justificativa por se adotar a vertente formalista. Ainda nesse capítulo descrevemos as características dos auxiliares modais, com o intuito de esclarecer questões como: estrutura sintática, flexão de tempo e certas particularidades destes verbos. Mostraremos que a flexão morfológica de tempo dos itens em estudo não necessariamente determina a orientação temporal da sentença prejacente, e para isso estabelecemos a diferença entre perspectiva temporal, dada pelo auxiliar modal, e orientação temporal, dada pela sentença prejacente. É nesse capítulo que se delimita o objeto de estudos, os quais serão as sentenças modalizadas com os auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ acompanhados da sentença prejacente, cujo evento estará sempre orientado para o futuro.

O capítulo II mostra que as várias interpretações que os modais permitem é tema para muita literatura, sendo algumas vezes tratada como ambigüidade, outras como indeterminação contextual. Essa última é a solução adotada por Kratzer (1981, 1991), que será adotada nesse trabalho. O capítulo também se destina a definir os conceitos do modelo formal de Kratzer (1981, 1991, 2010) a fim de constatar se ele se aplica para solucionar o problema dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ do português brasileiro. Além disso, também será mostrado que, conforme Pires de Oliveira & Scarduelli (2008), ‘tem que’ é um modal de necessidade mais forte do que ‘deve’ e ‘devia’, considerando que todos eles são modais de necessidade. Ao final do capítulo será trabalhada a hipótese de que tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ exprimem necessidade fraca, e portanto, a pesquisa pretende esclarecer questões como: Se os dois verbos são considerados modais de necessidade fraca, então eles dizem o mesmo? Tentaremos responder a essa e outras perguntas no capítulo seguinte.

O capítulo terceiro destina-se às análises intuitivas de sentenças modais com ‘deve’ e ‘devia’ na modalidade *epistêmica*, aquela que se baseia em conhecimentos; *deôntica*, lida com as obrigações, leis ou regras, e a modalidade *teleológica*, que toma como parâmetro o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s). Com isso, pretende-se delimitar os significados possíveis para esses auxiliares modais, que como veremos, têm “preferências” e especializações na sua significação. Ao final desse capítulo, será apresentada uma proposta semântica para esses verbos baseada nas suas análises intuitivas.

Espera-se terminar o trabalho com um quadro comparativo mostrando as especializações, diferenças e semelhanças desses dois modais, apresentando os resultados obtidos ao longo da pesquisa, a fim de apresentar uma proposta para a semântica desses dois verbos. Muito pouco há sobre a semântica dos auxiliares modais no Português Brasileiro (PB), portanto esta pesquisa tem o intuito de iniciar as investigações sobre a semântica dos auxiliares modais no PB.

2 CAPÍTULO I: DELIMITANDO O FENÔMENO

2.0 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo pretende-se abrir um panorama acerca da modalidade. Na seção 1.1 será feita uma breve iniciação à modalidade das línguas naturais, em que se estará observando as dimensões do possível, conforme Pires de Oliveira & Mortari (manuscrito). Na seção 1.2, será traçado um paralelo entre a visão funcionalista da modalidade e a formalista, apresentando seus conceitos, características e diferenciando-as. Na seção 1.3, faz-se uma caracterização da classe dos verbos auxiliares modais, definindo o que os leva a ser assim classificados. Além de discutir a estrutura sintática dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ e suas relações com tempo – perspectiva e orientação temporal. E por último, na seção 1.4, é feita uma delimitação do objeto a ser investigado nesta pesquisa.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA MODALIDADE

Nas línguas naturais têm-se a capacidade de se referir ao que não está presente na nossa situação imediata, e também ao que não é a realidade, ou ao que se supõe. A essa capacidade de se reportar às dimensões do possível dá-se o nome de modalidade. Quando situações hipotéticas são mencionadas, por exemplo, está se fazendo uso da modalidade, ou então quando se dá uma opinião a respeito de alguma situação, quando não se sabe como é o real, também. Por exemplo, quando se profere uma sentença como:

(1) Provavelmente, choveu ontem.

o que se está dizendo é, primeiro, que, o falante não sabe se choveu de fato ou não no dia anterior, logo ele não sabe como é o mundo real; em segundo, dado o que o falante sabe, ele acha que há uma grande chance de ter chovido no dia anterior. Ou seja, o falante se refere a uma situação que ele não sabe se se concretizou no mundo, mas dá a sua opinião sobre como ele acredita que ela é. Existe uma diferença entre uma situação hipotética e uma situação real. Para ficar mais claro, compare as sentenças (1) e (2):

(2) Choveu ontem.

Em (1), o falante está fazendo uma “estatística”, por assim dizer, do fato de chover ter acontecido ou não, ou seja, na opinião dele há grandes

chances de ter chovido no dia anterior. Já em (2) o que se tem é a expressão de um fato, algo concreto, realizado, ou seja, o falante relata um fato do mundo em que ele está, isto é, que choveu no dia anterior ao momento em que a sentença foi proferida. A modalidade trata de situações não reais, quer quando o falante sabe que elas efetivamente não são reais, quando, por exemplo, dizemos: ‘Se eu estivesse na Austrália, eu seria feliz.’, quer aquelas em que ele não sabe se são ou não reais, como no exemplo em (1).

Outro aspecto interessante de se comentar são as sentenças ficcionais como (3), que podem receber um tratamento dentro da Semântica de Mundos Possíveis, o modelo formal que iremos utilizar nesta dissertação:

(3) Os unicórnios têm chifre.¹

A esta sentença dá-se um valor de verdade? Ela é verdadeira ou falsa? É possível atribuímos um valor a uma sentença que trata de algo que não existe no nosso mundo? A semântica clássica, com base em Frege (1978), entende que a sentença em (3) carece de valor de verdade, não é verdadeira nem falsa. Assim como a sua negação ‘Os unicórnios não têm chifre’. Mas não é essa a nossa intuição. Entendemos que (3) é verdadeira e que a sua negação é falsa. Para nós, unicórnios têm chifres. Uma alternativa para resolver essas questões é a abordagem da semântica de mundos possíveis. Nesta dissertação não iremos discutir sentenças ficcionais como (3). Tampouco iremos discorrer sobre sentenças como (1) que são encabeçadas por um advérbio como ‘provavelmente’. Nosso interesse são as sentenças em que há auxiliares modais, como em:

(4) João deve chegar daqui a pouco.

Nosso quadro teórico será uma versão da Semântica de Mundos Possíveis na versão desenvolvida por Kratzer (1981, 1991, 2010). Nesse tipo de abordagem partimos do pressuposto de que há vários mundos, para além do nosso. Há, por exemplo, mundos em que os unicórnios existem e que eles têm apenas um chifre, como expressa (3), ou mundos em que choveu no dia anterior ao proferimento, como em (2). Esperamos ao longo desta dissertação esclarecer esse arcabouço teórico, ao mesmo tempo em que iremos propor uma semântica para o auxiliar ‘deve’ e sua forma imperfectiva ‘devia’.

Não vamos discutir se a semântica dos auxiliares modais exige um tratamento na Semântica de Mundos Possíveis (SMP). Na verdade, nosso

¹ Exemplo retirado de PIRES DE OLIVEIRA & MORTARI, manuscrito.

objetivo não é comparar a proposta da SMP com outras propostas. Nosso objetivo é descrever de forma detalhada as diferenças entre os auxiliares ‘deve’ e ‘devia’. Nesta dissertação, a modalidade será então descrita dentro do quadro da SMP, porque vamos adotar a versão formal da modalidade, em que há modalidade quando estamos tratando do possível, de possibilidades, de necessidades, de probabilidades.²

Os estudos linguísticos sobre a modalidade exigem que se faça a distinção de duas vertentes, o funcionalismo ou subjetivismo, e o formalismo, como descrito em von Stechow (2005). Já dissemos que este trabalho se baseará na abordagem formal da modalidade, tendo como viés os estudos de Kratzer (1981, 1991 e 2010), que é considerado o modelo clássico na literatura formal, embora já haja dissidências. Vamos, então, esclarecer esses modelos.

2.2 FORMALISMO VS. FUNCIONALISMO

Os funcionalistas consideram que a modalidade se refere ao posicionamento ou atitude do falante quanto à proposição que ele profere. Dessa forma, por exemplo, quando o falante usa o termo ‘necessariamente’ ele está expressando o seu grau de comprometimento quanto ao conteúdo da proposição. Na sentença abaixo, o falante exprime seu grau de comprometimento quanto à saída de João ao utilizar-se do termo ‘necessariamente’, já que ele tem certeza disso, tomando por base tudo o que constitui seu conhecimento:

(5) Necessariamente, [pJoão saiu].

É importante notar que há muitas abordagens dentro do funcionalismo. Parece, no entanto, haver consenso de que nas modalidades epistêmica – que trata daquilo que é conhecido – e deôntica – que trata das regras e leis –, não há uma sentença modal, no sentido de que o modal seria parte do conteúdo proposicional da sentença, mas há uma proposição modalizada pela opinião do falante. Assim, (5) afirma que João saiu e veicula a opinião do falante é que, segundo o seu conhecimento, não há outra alternativa.³

Nessa perspectiva, a sentença em (6) é um tipo de sentença modal, porque o advérbio também expressa a posição do falante; entre colchetes

² Mais sobre semântica de mundos possíveis no capítulo 2.

³ Ver Lyons (1977) para um modelo muito sofisticado das diferentes posições que o falante de uma sentença modalizada pode veicular.

encontramos a proposição expressa. Assim, a sentença (6) é modal, porque o advérbio ‘infelizmente’ está expressando a posição subjetiva do falante quanto à morte do João, que é a proposição expressa pela sentença ‘João morreu’, e não afeta o conteúdo proposicional expresso:

(6) Infelizmente, [pJoão morreu].

Essa é a posição que encontramos na proposta de Palmer (2001), ‘infelizmente’ não atua sobre o conteúdo proposicional expresso pela sentença entre colchetes; nesse sentido, esse advérbio apenas marca, pragmaticamente, a atitude do falante frente à proposição.

A característica central do funcionalismo é que a modalidade não é proposicional, ou seja, ela não interfere na proposição, apenas a avalia, já que é uma atitude do falante. Sendo assim, trata-se de um fenômeno que não interfere no conteúdo, apenas indica a avaliação do locutor.

Para Lyons (1977), a modalidade abarca as modalidades aléticas; as epistêmicas, que se distinguem entre objetiva e subjetiva; e as deônticas, que se dividem em desejos do falante ou ordens e imposições.

A modalidade alética, segundo Lyons (1977), trata da verdade necessária ou contingente de proposições, ou seja, verdades necessárias são proposições que são verdadeiras em todos os mundos logicamente possíveis, ou seja, trata-se de “uma verdade lógica, racional, que não passa pelo conhecimento do falante”⁴. Como em (7):

(7) Necessariamente, ou João saiu ou João não saiu.

Para esse tipo de modalidade e apenas para esse tipo, o autor entende que o operador modal está presente na forma lógica. O ‘necessariamente’ em (7) é o operador quadrado (\square) da lógica modal clássica. Falaremos mais sobre isso mais adiante.

A modalidade epistêmica é aquela que se baseia no conhecimento e ela é dividida por Lyons em modalidade epistêmica subjetiva e objetiva. A modalidade epistêmica subjetiva é aquela na qual se tem a opinião do falante levando em consideração apenas o seu conhecimento:

(8) Por tudo o que eu sei (com evidências que apenas eu tenho), provavelmente, o João ama a Maria.

⁴ CARRASCOSSI, 2003, p.9.

“A subjetividade envolve a expressão da atitude do falante”⁵, do “ouvir dizer”, ou da opinião do falante. Em (8), o falante se posiciona considerando que tudo o que ele sabe, que todas as evidências que ele tem, indicam que o João ama a Maria, tendo em vista tudo o que ele sabe a respeito da relação deles. Ou seja, na opinião do falante, ele acha que existe uma grande chance de o João amar a Maria. Lyons mostra que uma proposição como “X sabe que p ” é representada em termos lógicos por:

$$(9) \quad K_x(p)$$

A fórmula (9) apresenta ‘ K_x ’ como um operador de necessidade epistêmica, e ‘ p ’ é a proposição modalizada por esse operador. Se aplicarmos essa fórmula à (8) teríamos:

$$(9') \quad K_{\text{eu (ou o falante)}} (\textit{provavelmente o João ama a Maria})$$

Traduzindo a fórmula como “X sabe que p ” temos:

$$(9'') \quad \text{Eu (ou o falante) sei que provavelmente o João ama a Maria.}$$

Para chegarmos a esta descrição, apenas se substituiu o ‘X’ da fórmula pelo sujeito que é o possuidor do conhecimento ou das evidências de (8), que é o falante (o ‘eu’), e se trocou o ‘ p ’ pela proposição modal de (8), que é: ‘provavelmente o João ama a Maria’.

A modalidade epistêmica objetiva se baseia no conhecimento compartilhado, ou seja, um saber mais difundido, como por exemplo:

(10) Por tudo o que se sabe, provavelmente, existe vida em Marte.

Com isso, a modalidade epistêmica objetiva é mais neutra do que a subjetiva, já que ela expressa muito mais uma probabilidade compartilhada pelos membros de uma comunidade do que uma opinião apenas do falante. Por que o falante apresenta as evidências que sustentam sua afirmação em (10) como sendo informações compartilhadas, seu posicionamento frente à proposição é mais neutro, mais objetivo do que subjetivo, porque se ancora na opinião pública.

Portner (2009) apresenta a proposta de Nuyts, outro autor funcionalista, que procura esclarecer a diferença entre o epistêmico objetivo

⁵ LYONS, 1977, p.792. (Tradução nossa)

e o subjetivo de Lyons. A modalidade epistêmica objetiva se baseia em evidências altamente confiáveis, já que leva em conta conhecimentos compartilhados entre o falante e outros, conforme exemplo (10). Enquanto que a subjetiva, se baseia em evidências menos confiáveis, visto que o conhecimento é somente do falante, como em (8).

Finalmente, a modalidade deôntica se interessa na expressão “da necessidade ou da possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis.”⁶ Esse tipo de modalidade pode expressar tanto um desejo do falante, como em (11), quanto uma ordem imposta por algum agente, em (12):

(11) Bem que o Pedro podia ser solteiro!

(12) Você tem que escovar os dentes.

Lyons (1977), ainda se referindo à modalidade deôntica, chama a atenção para o fato de que assim como a necessidade está para a possibilidade, a obrigação está para a permissão.⁷ Ou seja, se algo é necessário, então esse algo é possível. E se algo é obrigatório, então esse algo é permitido. Observe os exemplos:

(13) Se é necessário que o João lave as louças, então é possível que ele as lave.

(14) Se o João é obrigado a lavar as louças, então é permitido ao João lavar as louças.

Em (13) e (14), pode-se perceber que o antecedente da sentença condicional⁸ implica o consequente⁹, que se segue necessariamente. Em outros termos, não é possível que o antecedente seja verdadeiro e o consequente falso.

Como mencionada anteriormente, esta pesquisa se baseará na abordagem formal da modalidade, e não na funcionalista, embora essa última visão contribua em algumas descrições do fenômeno observado, principalmente com os conceitos de objetividade, subjetividade, atitude do falante. Como veremos, talvez uma combinação das duas abordagens consiga captar melhor as diferenças entre ‘deve’ e ‘devia’.

A modalidade, na visão formal, é exclusivamente a expressão, em algum nível semântico, da necessidade ou da possibilidade. Além disso, o

⁶ Id., *ibid.*, p. 823. (Tradução nossa)

⁷ HILPINEN, 1971; RESCHER, 1966; apud. LYONS, 1977, p. 832.

⁸ Ou seja, o segmento ‘Se (...)’.

⁹ A consequência será o constituinte ‘então (...)’.

(17) Pode ser que os visitantes tenham que sair às 6.¹¹

Em (17), há dois modais: ‘pode’ e ‘tem que’. Se fossemos analisar (17) conforme a visão subjetiva, teríamos que considerar que há dois posicionamentos do falante. Nessa visão, teríamos que a paráfrase de (17) seria: o falante se posiciona como não tendo certeza sobre a sua opinião de que ele tem certeza de que os visitantes saiam às 6. Essa paráfrase parece não expressar o conteúdo de (17). O significado de (17) é que o falante considera possível que os visitantes sejam obrigados a sair às 6. A crítica de Von Fintel é que essa leitura é facilmente captada na abordagem formal¹², mas não na funcionalista.

As sentenças modais têm uma vasta gama de significações e não se entrará no mérito de discutir qual das duas teorias é a melhor, porém há de se esclarecer que nesta pesquisa será utilizada a abordagem formal da modalidade, a qual trata especificamente da expressão da necessidade ou da possibilidade.

2.3 AUXILIARES MODAIS

Conforme já visto, para os formalistas, os modais são operadores que expressam possibilidade ou necessidade e, nas línguas naturais, eles podem aparecer em diferentes configurações, como por exemplo, através de advérbios (18a), de adjetivos (18b), de frases (18c), de sufixos (18d), e mesmo sem nenhum operador aparente, como em (18e):

- (18) (a) Provavelmente o João vai viajar.
- (b) A provável viagem de João.
- (c) É provável que o João vença.
- (d) Este fenômeno é visível a olho nu.
- (e) Carro dessa marca corre 200km/h.

Este trabalho se concentra na classe dos chamados de auxiliares modais, exemplificados em (19) e, como veremos, mais especificamente sobre as diferenças entre (19a) e (19b):

¹¹ Original: (33) It might be that visitors have to leave by six pm. (von Fintel, 2006, p.9)

¹² Todo o capítulo 2 está destinado à descrição da teoria formal de Kratzer (1981, 1991, 2010), portanto mais ainda será apresentado sobre a abordagem formal da modalidade.

- (19) (a) João deve sair.
 (b) João devia sair.
 (c) João pode sair.
 (e) João consegue sair.

Os auxiliares modais têm a característica de se ligarem diretamente ao verbo da sentença encaixada¹³, sem o auxílio de um complementizador. Ou seja, em (19a) entre o auxiliar modal ‘deve’ e o verbo da oração subordinada ‘sair’ não há a presença de um complementizador (como ‘que’) e nem de uma preposição (como ‘de’).

Como dissemos, serão analisados, em particular, os auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ que, como veremos, são ambos modais de necessidade. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo responder às seguintes perguntas: Se ‘deve’ e ‘devia’ expressam necessidade, então eles têm diferenças em seu significado? Se sim, quais são essas diferenças? Como essas diferenças podem ser explicadas? O modelo de Kratzer pode ser aplicado para explicar as diferenças, supondo que elas existam, entre esses dois modais do Português Brasileiro?

Anteriormente vimos que as formas ‘deve’ e ‘devia’ são auxiliares modais, que se caracterizam por se ligarem diretamente à proposição, sem o intermédio de um complementizador ou de uma preposição, como seria o caso de ‘ter que’, ‘ter de’, ‘dar de’ ou ‘dar para’¹⁴. Especificamente sobre a semântica de ‘deve’ e ‘devia’ nada foi encontrado na literatura do português brasileiro, por isso, esta pesquisa pretende ser uma contribuição efetiva à área.

Lunguinho (2005) parte da proposta de Lobato (1979, 1984), que trata os modais como unidades não ambíguas, para explicar a dependência morfossintática dos auxiliares modais ‘dever’ e ‘poder’. O autor conclui que o traço linguístico de “finitude” – este traço define se o auxiliar modal exige um verbo finito ou não-finito na sentença prejacente – está relacionado às diversas leituras que os modais permitem e que o modal ‘dever’ é um verbo defectivo – um verbo defectivo é quando ele não possui certas formas verbais, como é caso da primeira e terceira pessoa do singular no tempo pretérito perfeito do modo indicativo para o auxiliar modal ‘dever’ (*‘Eu devi sair’ ou *‘Ele deveu sair’) –, o que estabelece grande parte de seu comportamento sintático. No entanto, o trabalho investiga os aspectos

¹³ A sentença/oração encaixada ou prejacente é o argumento do verbo auxiliar modal.

¹⁴ Exemplos:

- (i) O menino tem que/de estudar.
 (ii) Deu para/de fazer mais do que eu pensava.

‘Ter de’ e ‘ter que’ estão em variação sociolinguística, assim como ‘dar de’ e ‘dar para’.

morfofossintáticos dos verbos auxiliares do português brasileiro, inclusive dos modais ‘dever’ e ‘poder’, porém não atribui uma semântica para esses verbos. Sua preocupação são as restrições sintáticas.

Carrascossi (2003) também trabalha com os verbos ‘dever’ e ‘poder’ tentando investigar seus significados através da abordagem funcionalista. O que ela faz é uma pesquisa sociolinguística para averiguar os diversos significados que esses verbos podem apresentar, a fim de delimitar os fatores contextuais que favorecem uma ou outra significação. Contudo, a própria autora declara que não era propósito do seu estudo ser concludente, tendo em vista a complexidade do tema citando Cervoni (1989) ao afirmar que “a modalidade é uma das questões mais delicadas da reflexão sobre a linguagem.”¹⁵ Com isso, Carrascossi não apresenta uma semântica para os modais estudados, ela apenas identifica seus significados possíveis utilizando o funcionalismo como fonte teórica.

Segundo Mioto *et al* (1999), os dois auxiliares¹⁶ ‘deve’ e ‘devia’ têm estrutura sintática de inacusativos, ou seja, eles não fazem restrições quanto ao argumento externo¹⁷. Nas sentenças abaixo se pode perceber que não há nenhuma restrição quanto ao sujeito, ou seja, qualquer espécie de sujeito pode ocupar aquela posição na estrutura sintática, sendo ele animado ou não, humano ou não. Veja:

- (20) (a) O menino deve/devia sair.
 (b) A pedra deve/devia ser pesada.
 (c) A água deve/devia estar limpa.
 (d) O cachorro deve/devia latir.
 (e) A esperança deve/devia prosperar.

Vale notar que nas sentenças em (20) o falante veicula aquilo que ele acredita que será o caso ou que deveria ser o caso dado o que ele sabe. Trata-se, como veremos, da modalidade epistêmica. Nessa modalidade, o auxiliar modal não impõe restrições ao seu suposto argumento externo.

Como pode ser visto, não há restrição justamente porque o argumento externo não é argumento de ‘deve/devia’, e sim o argumento externo do verbo da oração encaixada. O argumento externo do verbo da oração encaixada é lançado para o *spec* do IP matriz para que se tenha a seqüência da oração. Se o argumento externo é do verbo da encaixada,

¹⁵ CARRASCOSSI, 2003, p.135.

¹⁶ Os dois auxiliares modais estudados serão considerados dois auxiliares distintos, já que, como veremos, possuem diferenças e especializações divergentes, além de não significarem o mesmo.

¹⁷ Segundo Portner (2009), essa classificação só é válida para os modais epistêmicos, e não para os deônticos, conforme será demonstrado a seguir.

então é esse verbo que irá impor as restrições quanto ao sujeito e não o auxiliar (no caso, o modal) da oração matriz. Veja:

(21) A pedra deve quebrar, se você jogar ela lá de cima.

(22) * A pedra deve chorar.

A sentença (21) é gramatical já que o argumento externo ‘a pedra’ do verbo ‘quebrar’ está respeitando as restrições impostas pelo verbo da sentença encaixada. Já (22) é agramatical, pois o argumento externo ‘a pedra’ do verbo ‘chorar’ não está de acordo com as restrições do verbo, que exige que seu argumento externo seja [+ animado]. Veja que a agramaticalidade desaparece se essa restrição é satisfeita como em:

(23) A Maria deve chorar de emoção.

Porque a Maria é um ser com o traço [+ animado]. O mesmo ocorre com ‘devia’:

(24) A pedra devia ter quebrado, se você jogou ela lá de cima.

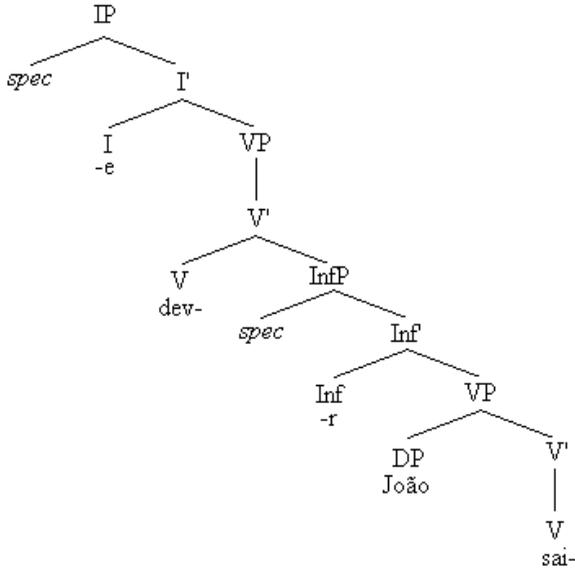
(25) * A pedra devia chorar.

Então, considerando que tanto ‘deve’ e ‘devia’ são auxiliares inacusativos, a estrutura sintática de (19a):

(19a) João deve sair.

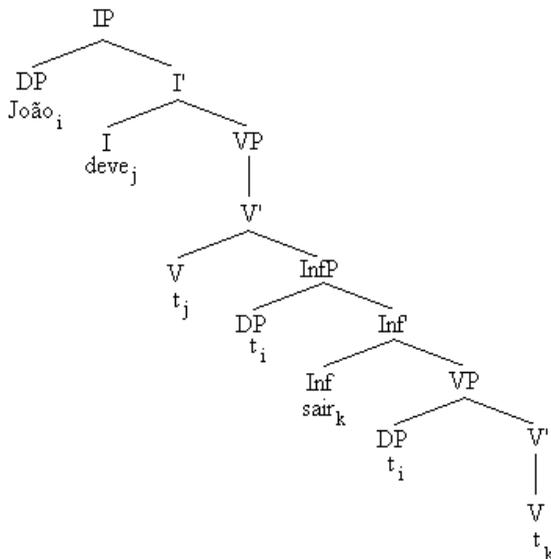
ficaria ‘deve [João sair]’:

Figura 1: Árvore/estrutura sintática da sentença modal (19a) sem os movimentos de ‘mova- α ’.



Na figura 1, podemos observar que o DP ‘João’ nasce como argumento externo do VP da sentença prejacente, por isso ele recebe as restrições do verbo da sentença prejacente e não do modal, conforme analisamos anteriormente. Já na figura 2, temos a árvore sintática de (19a) com os movimentos de ‘mova- α ’:

Figura 2: Árvore/estrutura sintática da sentença modal (19a) com os movimentos de ‘mova- α ’.



Onde percebemos que o DP ‘João’ sai do *spec* da sentença encaixada, passa pelo *spec* do Inf P, e chega no *spec* do IP matriz, e ele deixa um vestígio (t_i) por onde passou. O auxiliar modal [dev-], sai do V do primeiro VP deixando um vestígio (t_j) e pára na categoria flexional do IP matriz se unindo a sua flexão de tempo. O verbo no infinitivo da sentença prejacente sai do V do VP da encaixada deixando, também um traço (t_k), e cessa na categoria Inf, na qual se combina com o infinitivo. Sendo assim, os movimentos de ‘mova- α ’ estão todos cumpridos e a sequência da sentença está de acordo o proferimento de (19a).

As sentenças (20) à (25) foram todas analisadas assumindo-se a modalidade epistêmica, porém se considerarmos esses verbos em contextos deônticos, segundo Portner (2009), a estória muda. Observe:

(26) *A pedra deve sair do meio do jardim.

(27) *A árvore devia florescer.

As sentenças (26) e (27) são agramaticais se forem lidas como deônticas. Uma paráfrase para (26) seria:

(26’) *A pedra é obrigada a sair do meio do jardim.

A paráfrase (26') soa muito estranha, pois não é possível dar uma ordem ou afirmar que há uma obrigação para uma pedra, ou melhor, não é possível ao falante impor uma obrigação que a pedra deve cumprir, e essa obrigação é de que a pedra saia do meio do jardim. Nós temos uma forte tendência para interpretar (26) como sendo uma obrigação de que a pedra seja retirada do meio do jardim e não uma obrigação de ela sair por si só, porém isso é uma inferência que fazemos para tentar significar a sentença de maneira aceitável. Nesse caso, (26) seria parafraseada por

(26'') Alguém deve/Deve-se retirar a pedra do meio do jardim.

Mas veja que agora temos uma obrigação que deve ser cumprida por alguém, e não pela pedra por si só. Portanto, o modal deôntico impõe restrição quanto ao sujeito que recebe a ordem, exigindo o traço [+animado] ou talvez [+humano], visto que para se efetuar a ação exigida por uma fonte de ordem é necessário que esse ser seja animado para que possa realizar a ação.

O mesmo raciocínio pode ser feito para (27), porém ao invés de uma ordem, se tem um conselho. Também parece muito estranho aconselhar uma árvore. Um possível significado para (27) com um ato de conselho seria mais uma vez introduzir na interpretação um ser animado e possivelmente humano:

(27') *O falante aconselha a árvore a florescer, já que ele considera que isso é o melhor para ela.

Tudo bem que o falante pode achar que sabe o que é o melhor para uma árvore, mas dar um conselho para ela é, no mínimo, esquisito. O próprio verbo 'aconselhar', que aparece na paráfrase de (27), exige um sujeito com o traço [+animado]. Portanto, uma leitura de conselho para (27) e de ordem ou obrigação para (26) são bloqueadas para os casos em que o sujeito da sentença encaixada tem o traço [-animado].

Com isso, Portner (2009) afirma que as expressões modais diferem em sua estrutura argumental. O autor diz que os modais epistêmicos se completam com predicados de alçamento, isso quer dizer que o modal epistêmico toma um argumento proposicional único. Por exemplo, em (28),

(28) Por tudo o que eu sei, o João deve viajar.

o modal ‘deve’ se completa unicamente com a proposição ‘o João viajar’, já que é um epistêmico, como vimos nos casos (20) à (25) discutidos acima, além de aparecer expresso na estrutura sintática na Figura 2. Ao passo que em (29),

(29) Tendo em vista as leis morais, você deve devolver o dinheiro.

o modal deôntico ‘deve’ se preenche por um indivíduo e uma proposição, ou seja, no caso de (29), o indivíduo seria o interlocutor que está recebendo a ordem ou o conselho, e a proposição seria ‘você devolver o dinheiro’. Com isso, Portner classifica como predicado de controle os modais não-epistêmicos, visto que eles se completam com dois argumentos e não com somente um, como os de alçamento. Os predicados de controle são aqueles em que pedem dois argumentos, no qual um é um indivíduo, ao qual será direcionado o ato de fala, caso o proferimento seja interpretado como um ato de fala, e o outro é a proposição.

O próprio autor já aponta para o fato de que nem todos os modais não-epistêmicos são predicados de controle, ou seja, alguns modais deônticos são de controle e outros são de alçamento, conforme afirmam Bhatt (1998), Wurmbrand (1999) e outros¹⁸; no entanto eles não mostram exemplos em que o modal deôntico seja um predicado de alçamento.

Na literatura, os verbos de alçamento são assim chamados devido ao fato de o argumento externo do verbo da oração encaixada ser movido, ou melhor dizendo, ser alçado para o *spec* do IP da sentença matriz¹⁹ – a sentença modal. Como pôde ser visto, a questão sintática dos verbos modais demanda uma série de questões – em particular, estaríamos diante de dois auxiliares modais: o ‘deve’ de alçamento e o ‘deve’ de controle? Kratzer (2010) aponta para o fato de que um mesmo modal pode ser tanto epistêmico quanto de raiz²⁰, e a determinação do sentido dependerá da sua estrutura sintática, sendo que o modal epistêmico sempre está numa posição mais alta na hierarquia das flexões de tempo do que o de raiz, além de ela ainda defender que as “sutilezas na diferença semântica entre modais epistêmicos e de raiz podem ser derivadas das diferenças sintáticas.”²¹

¹⁸ Apud. PORTNER, 2009, p.188.

¹⁹ Entende-se por sentença matriz como sendo a sentença principal ou aquela que contém o verbo auxiliar num período composto.

²⁰ Os modais de raiz são aqueles que podem ser interpretados como deônticos – de acordo com as leis e regras –, teleológicos – dado o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) –, bulético – dado o que se deseja.

²¹ KRATZER, 2010, p. 31.

Deixaremos, no entanto, essa questão para pesquisas futuras. Apenas apontamos que há aqui um aspecto a ser explorado.

Com relação à flexão de tempo, segundo Stowell (2004), os auxiliares modais são anômalos, já que não possuem certas formas, como o pretérito perfeito do modo indicativo, como pode ser atestado pela agramaticalidade da sentença (30). Já vimos que Lunguinho (2005) afirma que ‘dever’ é defectivo:

(30) * Eu devi sair.

Segundo Stowell, outra indicação de anomalia dos auxiliares modais está no tempo desses verbos modais. O contraste ‘deve’ vs. ‘devia’ mostra que esses verbos apresentam claramente diferença que, pela nomenclatura da gramática tradicional, seria descrita como de tempo verbal – ou flexão, porque ‘deve’ está no presente do indicativo e ‘devia’ está conjugado no pretérito imperfeito do modo indicativo. Porém, o que ocorre é que eles não precisam, necessariamente, veicular tempo e nem mesmo aspecto, imaginando que a diferença pudesse ser aspectual. Veja como é possível se ter interpretação de presente com relação à situação descrita na oração encaixada tanto para ‘deve’ quanto para ‘devia’, sendo salientada pelo advérbio ‘agora’:

(31) João deve estar em casa agora.

(32) João devia estar em casa agora.

Em (31), o falante conclui que, por tudo o que ele sabe, há grande chance de o João estar em casa no momento de fala. Já em (32), uma das interpretações seria a de que o falante não sabe se João está ou não em casa, mas por tudo o que ele sabe isso deveria acontecer. Nessa interpretação, assim como em (31), o falante avalia o grau de confiabilidade de o João estar em casa e para isso considera essa situação no momento de fala. Portanto, percebe-se que a eventualidade denotada pela oração encaixada pode estar ocorrendo simultaneamente ao momento de fala – como é o caso acima porque temos um estado – ou pode ser futura em relação ao momento de fala, como exemplificado abaixo:

(33) João deve viajar amanhã.

(34) João devia viajar amanhã.

Em (33) a interpretação é a seguinte: Por tudo o que o falante sabe, há uma alta probabilidade de o João viajar amanhã. Já (34) é interpretada

como: O falante não sabe se o João vai viajar amanhã ou não, mas por tudo o que ele sabe sobre o João, ele acha que é isso o que deveria acontecer amanhã.

Com estrutura de ‘auxiliar modal + verbo no infinitivo’, o evento denotado pela oração prejacente²² não pode ser orientado para o passado utilizando ‘deve’, somente ‘devia’ permite essa configuração, conforme ilustram os exemplos abaixo. Apenas nesse caso, iremos argumentar que o morfema ‘ia’ expressa tempo:

(35) * João deve sair ontem.

(36) João devia sair ontem.

(37) João devia ter saído ontem.

Pelo fato de as sentenças (36) e (37) serem aceitas no português brasileiro e elas não parecerem ter diferenças no seu significado, considera-se que (36) e (37) denotam o mesmo, tomando-as apenas como uma variante de registro ou formalidade. Não se pretende esclarecer essa questão nesta dissertação, visto que se delimitou o objeto da pesquisa apenas às sentenças modais com ‘deve’ e ‘devia’ e o evento da sentença prejacente orientado para o futuro.

No caso de (36), alteramos as coordenadas de tempo e afirmamos que ‘o João sair’ foi uma necessidade. Nessa sentença, o auxiliar modal se refere à situação no passado que deveria ter ocorrido, e talvez ocorreu ou não, embora tenhamos uma forte intuição de que ele não tenha saído, mas isso não é uma necessidade. Como veremos nos próximos capítulos, trata-se de uma implicatura de não factualidade ocasionada pelo morfema do imperfeito [-ia] presente em ‘devia’. E essa é uma das questões que será desenvolvida ao longo da dissertação, em especial no capítulo 3.

Ao que parece, como foi dito, (37) tem uma interpretação muito semelhante a (36), embora a estrutura de (37) não seja foco neste trabalho, será feita uma breve análise dela. O fator determinante para se fazer uma semântica de (37) está na flexão de tempo da sentença prejacente, a qual se dá através do particípio passado – ‘ter’ seguido de um verbo terminado em [-do], ou seja, no particípio. Essa estrutura nos faz interpretar (37) da seguinte forma: o falante considera que o João ter saído ontem foi uma necessidade. Mas daí não se segue que ele tenha saído, nem que ele não tenha feito isso.

²² Sentença/oração prejacente é a sentença que complementa a valência do auxiliar.

No caso de (35), tem-se uma sentença agramatical, pois ‘deve’ necessita lançar mão do particípio passado para remeter o evento da prejacente para o passado, conforme (38):

(38) João deve ter saído ontem.

Em (38), o falante indica o seu estado de conhecimento atual: de acordo com o que ele sabe, há uma alta probabilidade de o evento de o João sair ter acontecido no passado. Portner (2009) apresenta a abordagem de Condoravdi (2002), na qual ela afirma que existem, na modalidade, dois tipos de passado – a perspectiva temporal e a orientação temporal. A primeira é indicada pelo modal, que irá expressar uma possibilidade no presente ou no passado. Já a segunda é apontada pela sentença encaixada e trata do tempo do evento. Como foi explicitado acima, em (38), a perspectiva temporal de ‘deve’ é presente, pois é no momento presente que o falante considera que, por tudo o que ele sabe, o menino saiu ontem é altamente provável. Com relação à orientação temporal, em (38), a sentença prejacente está orientada para o passado, já que o locutor se refere à possibilidade da saída do João num momento passado.

Sobre o futuro também é possível fazer o mesmo raciocínio:

(39) Maria deve dançar amanhã.

(40) Maria devia²³ dançar amanhã.

Em (39), o auxiliar modal denota o estado epistêmico do falante no momento de fala – para ele é muito provável que o evento da oração prejacente ocorra no futuro, ou seja, o evento da oração encaixada está orientado para o futuro. Como veremos adiante, a proposição (40) com ‘devia’ parece também exprimir a opinião ou conselho do falante no momento de fala, sendo que o locutor considera, no momento de fala, que o melhor para a Maria é ela dançar amanhã, ou seja, a proposição ‘Maria dançar amanhã’ está orientada para o futuro, todavia o modal parece manifestar a opinião ou conselho do falante no momento presente de fala. Ou seja, a leitura preferencial de (39) tem uma base epistêmica, enquanto que a leitura preferencial de (40) é de conselho, que requer uma base circunstancial.

²³ É importante lembrar que temos ainda ‘deveria’ que poderia ser alternado com ‘devia’ sem problemas na sentença (40). Se há diferença entre ‘devia’ e ‘deveria’ é uma questão que deixaremos em aberto, já que poderíamos fazer todo um trabalho a esse respeito, no entanto, nos posicionamos como um maior grau de polidez ao utilizar ‘deveria’ do que ‘devia’.

Tendo em vista toda essa variação com ‘deve’ e ‘devia’, conclui-se que para ‘deve’, a perspectiva temporal é sempre presente e o tempo do evento, ou orientação temporal conforme Condoravdi, é dado pela sentença encaixada. Já a perspectiva temporal de ‘devia’ parece ser mais livre, visto que ela pode ser de passado ou de presente, e o tempo do evento parece também influenciar sobre a interpretação do auxiliar. Partindo dessa generalização, podemos concluir que ‘deve’ tem uma estrutura sintática diferente de ‘devia’, o que já é esperado dada a distinção entre verbos de alçamento e de controle. Porém, isso não será discutido nesta pesquisa, já que os princípios serão traçar os caminhos para definir uma semântica para os auxiliares modais em questão.

2.4 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

A delimitação do objeto de estudos foi estabelecida tendo como parâmetro dois aspectos: a estrutura da proposição e a orientação temporal da sentença prejacente. A estrutura da proposição será: as sentenças modalizadas com os auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’ preenchidos pela prejacente, na qual o evento da oração estará sempre orientado para o futuro, conforme ilustrado abaixo:

(41) João deve viajar amanhã.

(41')	<u>[Deve]</u>	<u>João viajar amanhã]</u>
	Auxiliar	Sentença Prejacente
	Modal	Orientada
		para o Futuro

(42) João devia viajar amanhã.

(42')	<u>[Devia]</u>	<u>João viajar amanhã]</u>
	Auxiliar	Sentença Prejacente
	Modal	Orientada
		para o Futuro

Portanto, não serão trabalhadas formas como em (43) à (46):

(43) João deve/devia ter tirado férias no mês passado.

(44) João deve/devia ter vindo ontem.

(45) João deve/devia estar vindo amanhã.

(46) João deve/devia estar estudando.

Vamos nos concentrar, nesta dissertação, no papel do morfema do imperfeito ‘-ia’ presente em ‘devia’, quando o evento estiver orientado para o futuro. Além disso, vamos refletir prioritariamente sobre a modalidade epistêmica. Nossa tentativa é de descrever as diferenças semânticas tendo como anteparo um par mínimo como exemplificado abaixo:

(47) [Deve_{PP} João sair_{OF}] EPIS

(48) [Devi_{app} João sair_{OF}] EPIS

Em que PP quer dizer perspectiva presente, OF quer dizer orientado para o futuro e EPIS significa epistêmico. Veremos que há muito a ser dito sobre esse par, o que faremos nos próximos capítulos. Vamos mostrar, por exemplo, que estruturas como (48) são raras, o que é já um indício sobre a sua interpretação. A base modal de ‘devia’ é preferencialmente circunstancial, como veremos adiante. Portanto, parece ter havido uma especialização.

Com isso, serão testados exemplos com os verbos da sentença prejacente no infinitivo impessoal sendo fenômenos da natureza, eventivos e estativos, com o objetivo de obter resultados coerentes com qualquer tipo de verbo.

O objetivo central do trabalho é esclarecer a semântica dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’, além de definir suas especializações, isto é, com quais bases modais eles “aceitam” e preferem se combinar, adiantando que há uma preferência. Outros objetivos a serem atingidos com a pesquisa são:

- Constatar se o modelo de Kratzer (1981, 1991) se aplica para explicar a diferença entre esses modais;
- Analisar se ‘devia’ se combina com base modal epistêmica e se aceita leitura deôntica;
- Explicitar se há diferença entre ‘deve’ e ‘devia’ quando proferidos em contexto teleológico;
- Elucidar a denotação do morfema ‘-ia’ de imperfectivo em ‘devia’, verificando se a não-factualidade é uma implicatura ou está na semântica do morfema.

A metodologia utilizada foi leitura bibliográfica, levantamento de casos para posterior análise e pesquisa para obtenção de resultados precisos e a análise do julgamento sobre as interpretações em diferentes contextos. Enfim, este trabalho pretende ser uma contribuição efetiva para a área de pesquisa em semântica das línguas naturais, já que, até onde se pôde

investigar, não há trabalhos sobre o assunto para o português brasileiro. Como será possível verificar, muitas questões ficarão em aberto. Esta é, portanto, uma pesquisa inicial.

3 CAPÍTULO II: O MODELO DE KRATZER (1981, 1991, 2010)

3.0 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado o modelo semântico de Kratzer (1981, 1991, 2010), que será nossa ferramenta para podermos descrever com mais clareza a contribuição semântica do morfema de imperfeito nos modais ‘deve’ e ‘devia’ no português brasileiro. Na seção 2.1 discutem-se como os diversos sentidos que uma mesma sentença modal apresenta podem ser tratados, em particular discutimos se se trata de um caso de ambiguidade ou de indeterminação. Na seção 2.2 serão definidos os conceitos de Kratzer, como proposição, força modal, base modal, fonte de ordenação, fundo conversacional, a fim de introduzir nossa ferramenta básica para descrever as diferenças. Na seção seguinte, a 2.3, apresentam-se alguns exemplos para esclarecer melhor as definições da seção anterior. A seção 2.4 define as noções de necessidade e necessidade fraca de Kratzer, além de mostrar que ‘tem que’ carrega uma necessidade mais forte do que ‘deve’, que denota necessidade fraca, conforme Pires de Oliveira & Scarduelli (2008). Na seção 2.5, defende-se a hipótese de que tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ possuem a força modal de necessidade fraca, e com isso levanta-se uma questão que deverá ser respondida: Se os dois verbos indicam necessidade fraca, então eles dizem o mesmo? Se não, então qual é a diferença entre eles?

3.1 AMBIGUIDADE VS. INDETERMINAÇÃO

Para o estudo da modalidade faz-se necessário a distinção dos vários tipos de significados modais. Sem entrar nos detalhes, a literatura distingue as seguintes modalidades: modalidade *epistêmica* é aquela segundo a qual se consideram os mundos que constituem o conhecimento do falante; *deôntica*, leva em conta os mundos que estão de acordo com as leis vigentes ou com os princípios morais de uma dada comunidade; *bulética*, em que se considera o conjunto de mundos que constituem os desejos do locutor; *teleológica*, leva em conta os mundos que constituem o objetivo, meta ou destino do falante; e finalmente a modalidade *circunstancial* é aquela que considera os mundos que estão de acordo com um conjunto de circunstâncias. Como afirma von Stechow (2005) a base *alética*, que trata das necessidades e possibilidades lógicas, é pouco encontrada nas línguas naturais.

Os auxiliares modais estudados suscitam uma série de questões que se pretende esclarecer com esta pesquisa. Uma das questões é que a sentença (1) pode veicular diferentes significados:

(1) João deve casar.

A sentença em (1) pode ter uma interpretação *deôntica*, ou seja, de obrigação. Suponha um contexto em que o João engravidou a Maria, sua namorada, e que os padrões morais do pai da Maria dizem que, se alguém engravidar uma mulher, então ele terá a obrigação de se casar com ela. Portanto, tendo em vista que o João engravidou a Maria e que, para o pai da Maria a lei que vale é: quem engravida uma moça casa com ela, então o João tem a obrigação de casar com a Maria de acordo com a lei do pai da Maria. Essa seria uma paráfrase para (1) no contexto determinado acima. Veja que ‘devia’ também pode ser utilizado na mesma situação:

(2) João devia casar.

Podemos interpretar que há uma regra moral que afirma que nesses casos deve-se casar. Mas há uma diferença entre essas sentenças, no mínimo (1) é mais forte do que (2) e (2) soa como um conselho.

Ou ainda, (1) pode ter uma leitura *epistêmica*, a qual se constitui por uma conclusão de um raciocínio a partir de tudo o que o falante tem por conhecimento. Algo como, o falante sabe que o João está de casamento marcado, que ele namora há muitos anos, que ele ama sua namorada, portanto, ele conclui que, tendo em vista esses fatos, existe uma alta probabilidade de o João casar. A paráfrase nesse caso é: por tudo o que eu sei sobre o João e sua vida afetiva, eu concluo que ele casa. Veja que nesse contexto, a sentença com ‘devia’ já não parece combinar:

(3) # João devia casar. (epistêmico)²⁴

Mas, como veremos, há casos de uso epistêmico de ‘devia’. Nosso objetivo é explicar, ao mesmo tempo, porque ‘devia’ não cabe no contexto acima e porque às vezes ele pode ter leitura epistêmica.

A leitura *teleológica* é aquela na qual o falante tem por base o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s), uma certa meta. Esta interpretação também pode ser captada em (1), num contexto em que o objetivo do João é ter uma vida mais tranquila e estável, então para ele atingir tal meta, ele

²⁴ ‘#’ indica que a sentença não é feliz no contexto descrito.

deve casar. A paráfrase agora é: nos mundos em que João atinge seus objetivos, ele casa. Nesse contexto, a versão com 'devia' é muito boa, há uma grande compatibilidade. A pergunta é então: e nesse contexto, há diferença entre 'deve' e 'devia'?

Como já viemos indicando, o fenômeno de uma sentença ser passível de receber diferentes interpretações ocorre também com 'devia'. Vejamos um outro exemplo:

(4) Você devia escovar os dentes todos os dias.

Em (4) é possível se fazer uma leitura em que o falante aconselha o ouvinte a escovar os dentes todos os dias, sendo que ele considera que isso é o melhor a fazer. Podemos imaginar que ordenamos os mundos tendo em vista aqueles que o falante considera como melhores para o ouvinte. Supondo que seja assim, podemos pensar que a modalidade é *bulética*, porque expressa o que o falante deseja, ou seja, o falante deseja o que é o melhor para o ouvinte e o aconselha a fazer isto. Ou ainda, pode-se interpretar (4) como um modo de se atingir um objetivo, sendo uma modalidade *teleológica*. Imagine uma situação em que uma criança está se queixando para sua mãe que não quer ir ao dentista obturar uma cárie, e então a mãe profere (4) como forma de atingir o objetivo da criança: Se você não quer ir ao dentista obturar cáries, você devia escovar os dentes todos os dias. Uma questão que iremos explorar é se 'deve' e 'devia' aceitam as mesmas modalidades. Por exemplo, parece difícil achar um contexto em que (4) tenha leitura *epistêmica*.

Outra questão que iremos investigar é se há sinonímia entre 'deve' e 'devia'. A questão é: há diferença se substituímos 'devia' por 'deve' no mesmo contexto acima? Se em (4), apenas substituímos 'devia' por 'deve', teríamos:

(5) Você deve escovar os dentes todos os dias.

Essa sentença também pode ter uma leitura *teleológica* no mesmo contexto *teleológico* acima, porém se as duas sentenças podem coexistir no mesmo cenário, então elas são sinônimas? Sim, a princípio (4) e (5) aparentam ter o mesmo sentido, marcadas talvez apenas por uma diferença de estilo, já que (4) parece ter um sentido mais impositivo, enquanto (5) parece denotar um conselho mais sutil ou mais polido. Essa questão acerca da modalidade *teleológica* para 'deve' e 'devia' em um mesmo contexto será discutida no próximo capítulo utilizando o aparato teórico de Kratzer (1981, 1991, 2010) e von Stechow & Iatridou (2008).

Visto os vários significados que uma única sentença modal pode apresentar, o que ocorre nessas sentenças que possibilitam toda essa gama de significações as quais um modal tende a acusar? Corbari e Bidarra (2007) citam autores como Campos (1997) que consideram que todos esses significados fazem do auxiliar modal uma estrutura ambígua, ou seja, no nosso caso, existiriam vários ‘deve’ e vários ‘devia’, e considerando assim, eles não têm nada a ver um com o outro. Essa é, na verdade, a perspectiva da lógica para quem há diferentes modalidades independentes: o ‘dever’ *epistêmico* não tem nada a ver com o ‘dever’ *deontico*, por exemplo. Porém, se concordarmos com essa perspectiva, estar-se-á dizendo que o ‘deve’ que significa probabilidade não tem nenhuma relação com o ‘deve’ que significa obrigação ou conclusão de um raciocínio. Isso não é nem um pouco intuitivo, já que qualquer falante do português brasileiro parece concordar que não se têm vários ‘deve’ e nem vários ‘devia’, e sim, somente o auxiliar modal ‘deve’ e ‘devia’, com suas alternâncias de significado. E talvez apenas o modal ‘dever’ mais a morfologia de imperfectivo. Essa fina distinção entre os significados dos modais em questão também está relacionada com sua estrutura sintática, é provável que para cada interpretação haja uma estrutura distinta para eles que está relacionada aos diversos significados que uma mesma sentença pode carregar.

Além disso, temos que concordar que o fenômeno que ocorre em sentenças modais não é ambiguidade, pois como foi visto teríamos vários ‘deve’ e vários ‘devia’, então, segundo Pires de Oliveira & Mortári (manuscrito), seria muito complicado para uma criança em fase de aquisição de linguagem adquirir tal conteúdo, já que ela teria que apreender cada significado desses modais como sendo um significado totalmente isolado do outro. Além desses argumentos, os autores ainda apontam para o fato de que, até onde se sabe, não há línguas que tenham diferentes itens lexicais para expressar esses conteúdos.

Kratzer (1981) afirma que só existe um significado para o modal, portanto ela soluciona essa questão se utilizando do conceito de indeterminação²⁵, em que ela afirma que essa gama de significados que os auxiliares modais podem carregar se deve ao fato de eles possuírem uma (ou várias, como veremos na próxima seção) variável contextual, ou seja, o significado dos auxiliares modais é determinado pelo contexto. Sem um contexto, não há como saber se a sentença em (1) é uma afirmação sobre o

²⁵ A indeterminação, segundo Pires de Oliveira & Mortári, não deve ser confundida nem com polissemia e nem com vagueza, justamente por não se tratar de vários sentidos que estão interligados entre si.

conhecimento do falante ou sobre as leis em vigor. Com isso, a autora considera que há uma variável para a modalidade e essa variável está na forma lógica da sentença, sendo uma variável do predicado modal. Essa variável será preenchida pelo contexto, portanto terá também uma representação sintática. Ela é a chamada base modal definida por Kratzer, que será melhor entendida na próxima seção. Partindo-se de um determinado contexto, o falante sabe qual significado o modal está ativando, já que ao ser proferida a sentença, a variável contextual a qual o modal necessita para ser interpretado é preenchida. Mais adiante apresentaremos essa teoria com mais detalhes.

3.2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE KRATZER

Para entender o modelo de Kratzer, alguns conceitos precisam ser esclarecidos. A semântica que será atribuída a ‘deve’ e ‘devia’ será baseada na proposta de Kratzer (1981, 1991, 2010), um modelo formal, utilizando a semântica de mundos possíveis. Nessa pesquisa, os conceitos serão apresentados informalmente, no entanto, o leitor pode encontrar as definições formais no apêndice. Começamos com as definições de proposição, mundo possível, força modal, fundo conversacional, base modal e fonte de ordenação, para logo adiante expor a noção de gradualidade.

Para Kratzer (1991), “a elocução de sentenças expressam proposições.”²⁶ Em termos de semântica de mundos possíveis, a autora define proposição como um conjunto de mundos possíveis. Portner (2009) afirma que “um mundo possível é uma forma completa que o universo poderia ser através de sua história.”²⁷ Amparando a semântica de mundos possíveis, um mundo possível é uma alternativa de mundo. Como vimos, Kratzer defende que os modais não são ambíguos, ou seja, a variedade de significados que um mesmo modal pode apresentar, como visto na seção antecedente, se deve ao fato de eles serem termos relacionais dependentes das variáveis contextuais, as quais irão determinar o significado que o modal está ativando em certo contexto; e não de serem ambíguos.

Kratzer (1991) afirma que todo modal possui uma força modal, que estabelece se estamos falando de necessidade ou de possibilidade. Como foi visto no capítulo anterior, a necessidade é classicamente representada, nos sistemas formais, pelo operador ‘□’ e a possibilidade, por ‘◇’. A força

²⁶ “Utterances of sentences express propositions.” (KRATZER, 1991, p. 640)

²⁷ “A possible world is a complete way that the universe could be throughout its history.” (PORTNER, 2009, p. 21)

modal é a única informação dada pelo item lexical, isto é, ela somente nos informa se temos um modal de necessidade ou de possibilidade.

Conforme será defendido neste trabalho, tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ exprimem necessidade²⁸, ou seja, utilizando o aparato teórico da semântica de mundos possíveis, isso quer dizer que as sentenças (6) e (7) são verdadeiras em todos os mundos, pois se a proposição ‘João sai’ é necessariamente verdadeira, então ela é verdadeira se e somente se ela o for em todos os mundos possíveis, isto é, todos os mundos pertencem a proposição ‘João sai’:

(6) João deve sair.

(7) João devia sair.

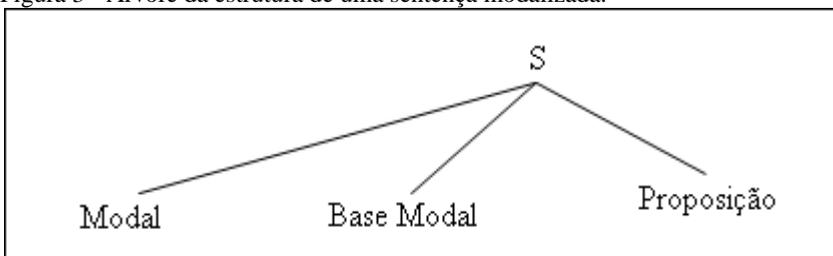
Segundo a literatura sobre os modais, sem uma restrição no conjunto dos mundos, as sentenças em (6) e (7) são trivialmente falsas; porque certamente haverá um mundo entre a infinidade dos mundos possíveis em que a proposição expressa pela prejacente será falsa, isto é, um mundo em que o João não sai; tornando a proposição modal também falsa. É por isso que esses mundos precisam ser restritos, ou seja, (6) e (7) serão verdadeiras num determinado conjunto de mundos (e não em todos os mundos possíveis) se e somente se a proposição expressa pela sentença encaixada for verdadeira, ou ainda, em todos os mundos do domínio que será determinado pelo fundo conversacional²⁹, (6) e (7) serão verdadeiras. Essa restrição do conjunto de mundos a que a sentença está acessível, é tarefa realizada pela base modal, segundo Kratzer.

Segundo a autora, um modal é um quantificador que relaciona uma base modal a uma proposição, ou seja, ele funciona como um predicado de dois lugares, sendo que um lugar é preenchido pela base modal, que é um conjunto de mundos, e o outro, pela proposição, conforme o modelo abaixo:

²⁸ Na seção 2.4 será desenvolvida a hipótese de que ambos ‘deve’ e ‘devia’ são modais de necessidade.

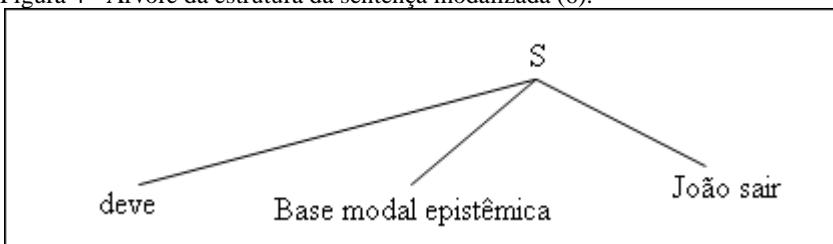
²⁹ Logo adiante teremos a definição de fundo conversacional.

Figura 3 - Árvore da estrutura de uma sentença modalizada.



A figura 4 ilustra a sentença modal (6) aplicada à estrutura básica da figura 3:

Figura 4 - Árvore da estrutura da sentença modalizada (6).



No modelo acima, pode-se perceber o modal ‘deve’ sendo preenchido por dois argumentos: o primeiro é a base modal *epistêmica* e o segundo é a proposição ‘João sair’. Sendo assim, o auxiliar modal ‘deve’ estabelece uma relação entre esses dois argumentos que é de necessidade. Como já se sabe, quantificadores estabelecem relações entre conjuntos. Por exemplo, ‘todos’ é um quantificador de inclusão, isto é, na sentença ‘Todos os meninos cantam’, o conjunto dos meninos está incluído no conjunto dos que cantam; essa operação de inclusão é papel realizado pelo quantificador ‘todos’. Então sendo a base modal um conjunto de mundos acessíveis e a proposição um conjunto de mundos possíveis, temos dois conjuntos, e o modal sendo um quantificador, ele irá estabelecer uma relação entre esses dois conjuntos de mundos. Portanto, o modal quantifica sobre mundos possíveis.

Kratzer (1991) trata a modalidade como gradual, ou seja, ela considera que existem graus de modalidade universal – a necessidade – e graus de modalidade existencial – a possibilidade. Modalidade universal porque a quantificação é sobre todos os mundos acessíveis, isto é, uma proposição p é uma necessidade se e somente se ela for verdadeira em todos

os mundos acessíveis. Modalidade existencial pelo fato de a quantificação ser sobre pelo menos um mundo acessível, visto que uma proposição p é uma possibilidade se e somente se ela for verdadeira em pelo menos um mundo acessível. A autora trata os modais como graduais – e essa é de fato uma de suas grandes contribuições para com a semântica dos modais – para dar conta das línguas naturais nas quais há graus de necessidade e possibilidade. Observe os exemplos:

- (8) Provavelmente o João vai à festa.
 (9) É muito provável que o João vá à festa.

As sentenças (8) e (9) lidam com probabilidade, portanto, trata-se de modalidade universal, isto é, os constituintes ‘[provavelmente]’ e ‘[é muito provável que]’ são ambos modais de necessidade, porém em (9) tem-se uma necessidade mais forte do que em (8), já que em (9) a probabilidade de o João ir à festa é maior do que em (8). Essa noção de gradualidade que Kratzer propõe é captada pela fonte de ordenação.

Como vimos, a base modal vai funcionar como um restritor de mundos possíveis, já que o modal quantifica sobre mundos possíveis. A fonte de ordenação irá organizar esses mundos restritos pela base modal de acordo com um conjunto de mundos contextualmente estabelecidos como ideal. Mundos ideais são os melhores mundos, ou os mundos mais normais (de acordo com uma fonte de ordenação estereotípica), ou os mundos mais próximos da lei (dados pela fonte de ordenação deontica), sendo que esse parâmetro de mundo melhor será determinado pelo contexto. Por exemplo, nas sentenças (8) e (9) temos operadores de necessidade (‘provavelmente’ e ‘é muito provável que’) e uma base modal epistêmica (dado o que o falante sabe), e a fonte de ordenação (como será visto mais adiante) é estereotípica, pois ela irá organizar os mundos que constituem o conhecimento do falante de acordo com o curso normal dos eventos, desconsiderando os eventuais acidentes ou imprevistos. Nestes casos, temos que os mundos ideais são aqueles em que tudo ocorre normalmente e o João vai à festa. Portanto, uma paráfrase para as probabilidades de o João ir à festa em (8) e (9) pode ser: As chances de o João ir à festa são maiores em (9) do que em (8), isto é, o falante localiza o seu mundo – o mundo real - entre os mundos onde tudo ocorre normalmente e o João vai à festa, porém o mundo real do falante está mais próximo dos mundos ideais em (9) do que em (8). Assim Kratzer capta a noção de gradualidade, através da ordenação dos mundos da base modal.

O mundo real é o mundo do falante, ou seja, o mundo em que o falante se encontra, e esse mundo pode estar perto ou muito longe do ideal.

Por exemplo, se considerarmos um mundo ideal como um mundo em que não há pobreza, nem pessoas passando fome ou frio, nem roubos e nem assassinatos, seríamos induzidos a localizar o nosso mundo real - a realidade brasileira - bem distante do ideal estabelecido pelo contexto, e essa localização do mundo real em relação ao ideal é um trabalho realizado pela fonte de ordenação, ou seja, ela organiza os mundos da base modal de acordo com o que é estabelecido pelo contexto.

Toda essa proposta está moldada dentro de um fundo conversacional, isto é, as informações compartilhadas no contexto de uso. O fundo conversacional é o conhecimento compartilhado, ou seja, é um conjunto de sentenças que determinará o contexto em que a proposição modal está inserida. Kratzer ainda aponta o fundo conversacional determina duas variáveis contextuais, sendo então as sentenças modais duplamente relativas, já que elas dependem de dessas duas variáveis para a determinação do sentido da sentença, ou seja, teremos dois fundos conversacionais, dos quais um fundo determina a base modal e o outro determina a fonte de ordenação. Com isso, a sentença (6) só expressa uma proposição se a variável da base modal₁³⁰ for preenchida pelo contexto, e ainda os mundos da base modal₁ serão organizados conforme o contexto, formando assim uma nova base modal₂³¹ que surge da base modal₁ anterior na qual foi adicionada uma fonte de ordenação que ordenou os mundos da base modal₁. Vejamos (6) novamente:

(6) João deve sair.³²

Dado o que foi definido anteriormente, para interpretarmos uma sentença como (6) necessitamos de dois fundos conversacionais, que irão nos fornecer duas informações: a base modal e a fonte de ordenação. Observe o esquema abaixo para entender como a primeira base modal se modifica com a atuação da fonte de ordenação gerando a nova base:

³⁰ O índice '1' representa a base modal antes de ser inserida a fonte de ordenação, ou seja, os mundos da base modal₁ ainda não foram organizados.

³¹ O índice '2' representa a nova base modal₂, onde a fonte de ordenação já atuou e organizou os mundos da base modal₁.

³² Considerando somente a interpretação orientada para o futuro, que é o foco da pesquisa.

(6') Dado o que eu sei, o João vai sair.
Base modal₁

sair. (6'') Dado o que eu sei, e se tudo ocorrer normalmente, o João vai
Base modal₁ Fonte de ordenação estereotípica
Base modal₂

A base modal₂ é a base modal₁ com seus mundos ordenados pela fonte de ordenação.

Portanto, um fundo conversacional desempenha o papel de estabelecer a base modal e a fonte de ordenação que irá organizar os mundos dessa base modal e gerar uma nova base, que servirá então de anteparo para a interpretação da proposição. Kratzer (1981, 1991) estabelece que só existem dois tipos de bases modais, a epistêmica e a circunstancial. Em suas versões mais recentes, a autora sugere que as bases são epistêmica e de raiz. E o que varia é a ordenação de seus mundos, tarefa executada por outro fundo conversacional que determinará o tipo da fonte de ordenação, as quais podem se basear em:

- O que é moralmente correto – Ex.: Você não pode mentir.
- O que a lei provê – Ex.: Quem mata uma pessoa tem que ir para a prisão.
- O que se deseja – Ex.: Bem que podia fazer sol amanhã.
- O que é mais provável – Ex.: O João deve ser o assassino e não o Pedro.
- O que é o melhor a fazer – Ex.: Você deve lavar as mãos antes de comer.
- O que se tem por objetivo – Ex.: Se você quer ir para Florianópolis, você deve atravessar a ponte.
- O que se conforma com a normalidade – Ex.: Deve chover em no máximo dez minutos.

Como foi visto, têm-se várias fontes de ordenação como, deôntica (leis e regras morais), bulética (desejo), estereotípica (curso normal dos eventos), teleológica (objetivo ou meta), entre outras. Nos artigos de 1981 e 1991, Kratzer afirma que a fonte de ordenação que atua sobre os epistêmicos é unicamente a estereotípica, e já para os circunstanciais todas

as demais fontes podem atuar sobre eles. Além disso, o que os diferencia “é o tipo de fato que se leva em consideração”³³.

A base modal epistêmica, aquela que se baseia nos conhecimentos ou evidências que o falante possui sobre determinada situação³⁴, só pode se combinar com a fonte de ordenação estereotípica, a qual organiza os mundos da base modal, que no caso do modal epistêmico são os mundos que constituem o conhecimento do falante, segundo a normalidade ou o que é o normal ou previsto de acontecer, já que ela deriva uma conclusão de um raciocínio baseado em fatos conhecidos. Enfim, o modal epistêmico é aquele em que a partir dos conhecimentos e evidências que o falante possui, ele conclui algo, levando em consideração que tudo ocorrerá dentro de um parâmetro de normalidade que é estabelecido pelo contexto de enunciação. Por exemplo:

(10) João deve estar em casa.

Suponha que o falante de (10) saiba que o João costuma estar em casa das oito horas da noite em diante, e (10) é resposta da pergunta da Maria: “Onde o João está?” – que quer falar com urgência pessoalmente com o João. Dado a resposta do falante, a Maria parte imediatamente para a casa do João. Ao proferir (10), o falante lança mão de seus conhecimentos e a partir deles ele conclui que é altamente provável que o João esteja em casa se tudo ocorrer como normalmente ocorre. Portanto, a base modal epistêmica é constituída pelos conhecimentos do falante descritos no contexto acima, e a fonte de ordenação organiza os mundos do conhecimento do falante dado os mundos ideais, que no caso de (10) são aqueles em que tudo ocorre normalmente e o João está em casa. Sendo assim, Kratzer (2010) define necessidade como: “Uma proposição é uma necessidade somente no caso de ela ser verdadeira em todos os mundos acessíveis que estão mais próximos do ideal determinado pela fonte de ordenação.”³⁵ Os mundos acessíveis constituem a base modal, e a fonte de ordenação irá determinar o conjunto de mundos ideais e ordenar os mundos da base modal tomando-os como padrão.

O modal de raiz ou circunstancial³⁶ se baseia em conhecimentos locais, pode se combinar com as demais fontes de ordenação. Kratzer

³³ PIRES DE OLIVEIRA & MORTARI, manuscrito, p. 30.

³⁴ Kratzer (2010) afirma que os modais epistêmicos não necessariamente se baseiam em conhecimento, porém essa é uma abordagem a qual não será desenvolvida.

³⁵ KRATZER, 2010, p. 17.

³⁶ Neste trabalho, utilizaremos modal de raiz e modal circunstancial ou ainda base modal de raiz e base modal circunstancial como sinônimos. O que ocorre é que nas versões de Kratzer de 1981 e

(2010) define algumas questões centrais para a compreensão da diferença dos fatos relevantes para o modal epistêmico e o de raiz:

Root modals are often future oriented and are used to talk about propensities and potentials of people, places, and things, given their present circumstances. Circumstances are facts concerning the surroundings of people, things, or places (external circumstances), or their inherent properties (internal circumstances). Usually, circumstances permit or prevent events from happening. Only sometimes do they necessitate events: We have to die, cough, vomit, laugh, cry or realize that we are lost. (KRATZER, 2010, p. 28)³⁷

Para elucidar ainda mais a questão da diferença entre o modal epistêmico e circunstancial, vejamos a explicação de Pires de Oliveira & Mortari: “O raciocínio epistêmico é aquele do historiador, do investigador, que se pergunta sobre o que poderia ter sido o caso, dado o que se sabe; enquanto que o raciocínio circunstancial é o do engenheiro, dado esses fatos o que se pode fazer a partir deles.”³⁸ Com isso, podemos inferir que a base modal epistêmica lida com o que já aconteceu, e a base modal circunstancial ou de raiz envolve situação que ainda poderão acontecer.

Resumindo, segundo a teoria de Kratzer (1981, 1991, 2010), uma sentença modal necessita de alguns ingredientes para definir sua semântica. Entre esses elementos estão a força modal, que é a única informação dada pelo item lexical (o auxiliar modal), a qual pode ser de necessidade ou de possibilidade. O fundo conversacional irá determinar as variáveis contextuais: a base modal e a fonte de ordenação. A base modal irá restringir os mundos possíveis que estão acessíveis ao contexto, e a fonte de ordenação irá formar uma estrutura ordenada nesse conjunto de mundos restritos pela base modal de acordo com um parâmetro estabelecido pelo contexto. Além disso, a base modal pode ser epistêmica, aquela em que leva

1991 ela utiliza os termos modais circunstanciais ou base modal circunstancial, e já no artigo de 2010 ela faz uso dos termos modal de raiz ou base modal de raiz para se referir ao que antes (nos artigos de 1981 e 1991) ela chamava de circunstanciais.

³⁷ “Modais de raiz são frequentemente orientados para o futuro e são utilizados para falar sobre tendências e potencialidades das pessoas, lugares e coisas, dadas as suas circunstâncias atuais. As circunstâncias são fatos relativos ao ambiente de pessoas, coisas ou lugares (circunstâncias ou condições externas), ou suas propriedades intrínsecas (circunstâncias ou condições internas). Normalmente, as circunstâncias permitirem ou preveem eventos a partir de acontecimentos. Só às vezes, eles necessitam de eventos: Temos que morrer, tosse, vômito, rir, chorar ou perceber que estamos perdidos.” (KRATZER, 2010, p. 28) (Tradução nossa)

³⁸ PIRES DE OLIVEIRA & MORTARI, *manuscrito*, p. 30-31.

em consideração o conjunto de mundos que constituem o conhecimento do falante; ou circunstancial, aquela que se baseia no conjunto de mundos que constituem os fatos circunstancialmente relevantes. A fonte de ordenação pode ser estereotípica, aquela que organiza os mundos da base modal conforme a normalidade; deôntica, conforme as leis vigentes ou o que é moralmente correto; teleológica, conforme o que se tem por objetivo; bulética, conforme o que se deseja. Na próxima seção, veremos a aplicação de toda essa teoria para um exemplo.

3.3 APLICANDO A TEORIA DE KRATZER

Visto todos os conceitos da seção anterior, parte-se para prática. Analisemos a sentença (6).

(6) João deve sair.

Uma paráfrase para (6) seria: por tudo o que o falante sabe (Base Modal epistêmica), e se tudo ocorrer dentro da normalidade (Fonte de ordenação estereotípica), o João sai (Proposição). Ou seja, em todos os mundos que estão de acordo com o que o falante sabe sobre o mundo real, e se tudo ocorrer dentro da normalidade, o falante conclui que o João sairá. O locutor está munido de vários conhecimentos para poder concluir (6), isto é, esses conhecimentos constituem seu fundo conversacional, e a base modal é o conjunto de mundos que são compatíveis com as evidências dado o que o falante sabe. A fonte de ordenação vai simplesmente ordenar os mundos da base modal, sendo que, nesse caso, considerando os mundos normais, João sai em todos eles.

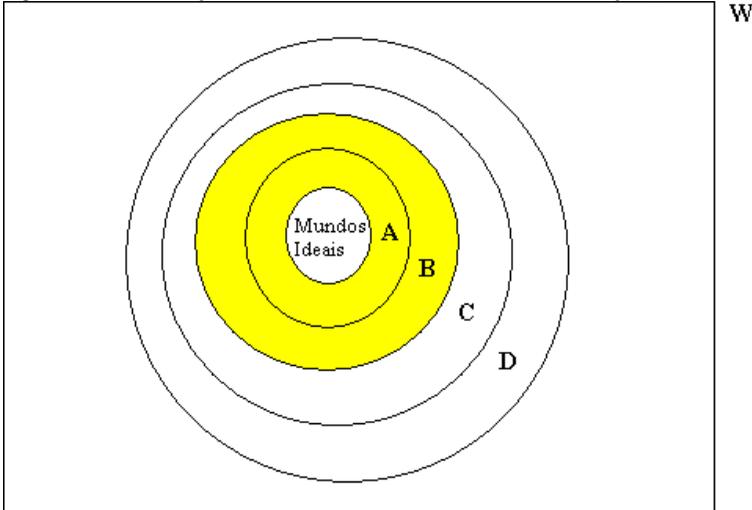
Vejamos agora um exemplo³⁹ com base modal circunstancial:

(11) João tem que ser punido.

Considerando que os interlocutores sabem que o João assaltou uma mulher, constituindo o fundo conversacional compartilhado (essa é a base modal circunstancial, porque sabemos o que ocorreu no mundo), e a fonte de ordenação organiza os mundos da base modal – aqueles em que o João assaltou uma mulher – de acordo com o que a lei provê. Nesse contexto, supomos que os mundos ideais são aqueles em que ninguém mata, nem rouba, nem agride, e se caso algum desses eventos ocorrer, a pessoa que os efetivou será punida. A figura abaixo representa a história desenhada acima:

³⁹ Exemplo e análise retida de Pires de Oliveira e Mortari (*manuscrito*).

Figura 5⁴⁰ - Ordenação dos mundos da base modal da sentença (6).



Legenda da figura 5:

W = Conjunto de todos os mundos possíveis.

Mundos Ideais = Ninguém mata, ninguém rouba, ninguém agride.

Mundos da Esfera A = Ninguém mata, alguns roubam, ninguém agride, há punição.

Mundos da Esfera B = Ninguém mata, alguns roubam, alguns agridem, há punição.

Mundos da Esfera C = Ninguém mata, alguns roubam, ninguém agride, não há punição.

Mundos da Esfera D = Alguns matam, alguns roubam, alguns agridem, não há punição.

Tendo em vista a figura 5, (11) é verdadeira em todos os mundos das esferas A e B. Isto é, a sentença (11) significa que em todos os mundos que estão mais próximos dos mundos ideais – aquele em que se alguém infringir alguma lei irá ter punição – o João será punido nesses mundos, já que se está considerando apenas os mundos em que o João assaltou uma mulher (trabalho realizado pela base modal circunstancial), portanto ele feriu uma máxima da convivência social. É lógico que (11) não nos permite inferir que o João realmente será punido, pois o mundo real pode estar muito longe dos mundos ideais. (11) apenas afirma que em todos os mundos mais próximos do ideal, o João será punido, conforme a figura 5 ilustra.

⁴⁰ A estrutura da ordenação dos mundos da base modal é baseada nos trabalhos de Lewis, segundo Kratzer, principalmente na ideia de conjunto de esferas, a qual Lewis se sustenta para solucionar a questão dos contrafactuais.

Como já foi dito, nesta pesquisa será trabalhado somente com a necessidade, visto que, como veremos, tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ são operadores de necessidade. Kratzer aponta para o fato de que existem dois graus de necessidade: a necessidade e a necessidade fraca.

3.4 NECESSIDADE VS. NECESSIDADE FRACA

Conforme foi discutido no artigo de Pires de Oliveira & Scarduelli (2008), um exemplo de modal de necessidade forte é ‘tem que’ e de necessidade fraca, ‘deve’, como ilustram os exemplos abaixo:

(12) Você tem que sair.

(13) Você deve sair.

Como veremos, a necessidade expressa pelo modal ‘tem que’ em (12) é mais forte do que a necessidade de ‘deve’ em (13), ou seja, em (12) o ouvinte é mais fortemente compelido a sair do que em (13). Isso pode ser atestado pelos testes da contradição e do reforço que aparecem em Von Stechow & Iatridou (2008). O teste da contradição afirma que não é contraditório negar a necessidade fraca, como ilustra o exemplo (14) abaixo:

(14) João deve lavar as mãos, mas não tem que.

Mas é contraditório negar a necessidade forte, como aparece em (15):

(15) * João tem que lavar as mãos, mas não deve.

Portanto, se (14) não é contraditória e (15) é agramatical, então comprovamos que ‘deve’ realmente é mais fraco do que ‘tem que’, visto que pôde-se negar a necessidade de ‘deve’ com um modal supostamente mais forte do que ele, no caso ‘tem que’, como ocorreu em (14) e, em (15) ficou contraditório negar a necessidade de ‘tem que’ utilizando o modal ‘deve’, então ele é um modal mais fraco do que ‘tem que’.

Já o teste do reforço, aponta para o fato de que um modal de necessidade fraca pode ser reforçado por um modal de necessidade, ilustrado em (16):

(16) João deve lavar as mãos, na verdade, ele tem que.

Pires de Oliveira & Scarduelli argumentam que ‘tem que’ é mais forte do que ‘deve’, já que ‘tem que’, em (17),

(17) João tem que sair.

(18) João deve sair.

não compara alternativas de mundos, afirmando que em todos os mundos mais próximos do ideal é o caso que o João sai. Não há uma estrutura de comparação. Já em (18), ‘deve’ compara alternativas de mundos, ou seja, há mundos, no estado epistêmico do falante, em que a proposição prejacente é falsa, mas os mundos no qual é verdadeiro que o João sai estão mais próximos dos mundos ideais, que podem ser ordenados tanto quanto a normalidade – na modalidade epistêmica – quanto às leis – na deontica. Portanto,

(...) afirmar que ‘tem que’ indica uma necessidade forte é entender que a proposição expressa é avaliada levando-se em conta apenas os mundos mais próximos do ideal. Como não há outros mundos mais próximos, não há alternativas e não há comparação entre os mundos. Já ‘deve’ deixa em aberto a possibilidade de haver outros mundos que estão numa esfera não tão próxima do mundo ideal, admitindo, portanto, alternativas, e estabelecendo uma comparação. Trata-se, então, de um caso de modalidade fraca, como definida por Kratzer. (PIRES DE OLIVEIRA & SCARDUELLI, 2008, p.228)

3.5 ‘DEVE’ E ‘DEVIA’: NECESSIDADE FRACA

Como foi visto na seção anterior, ‘tem que’ é mais forte do que ‘deve’, agora precisamos testar se ‘devia’ também reage da mesma forma que ‘deve’, e mais, os testes serão feitos nesses dois auxiliares modais com fundo conversacional epistêmico, deontico e teleológico, já que serão os três contextos em que esses verbos serão submetidos à análise ao longo desta dissertação.

Novamente, da mesma forma como na seção antecedente, serão aplicados os testes de Von Fintel & Iatridou (2008) que acusam a fraqueza do modal em contextos epistêmicos, deonticos e teleológicos:

- Primeiro teste: Não é contraditório negar a necessidade fraca.

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL EPISTÊMICO:

(19) Por tudo o que eu sei, o avião deve pousar às duas horas, mas ele não (necessariamente) tem que (pousar às duas horas).

(20) [?] Por tudo o que eu sei, o avião devia pousar às duas horas, mas ele não (necessariamente) tem que (pousar às duas horas).

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL DEÔNTICO:

(21) Você deve limpar a casa, mas você não tem que.

(22) Você devia limpar a casa, mas você não tem que.

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL TELEOLÓGICO:

(23) Se você quer chegar à ilha do Campeche, você deve pegar o barquinho, mas você não (necessariamente) tem que (pegar o barquinho).

(24) Se você quer chegar à ilha do Campeche, você devia pegar o barquinho, mas você não (necessariamente) tem que (pegar o barquinho).

- Segundo teste: Um modal de necessidade fraca pode ser reforçado por um modal de necessidade mais forte. Exemplos:

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL EPISTÊMICO:

(25) Por tudo o que eu sei, o avião deve pousar às duas horas, na verdade, ele necessariamente pousa às duas horas.

(26) [?] Por tudo o que eu sei, o avião devia pousar às duas horas, na verdade, ele necessariamente pousa às duas horas.

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL DEÔNTICO:

(27) Você deve escovar os dentes, na verdade, você tem que.

(28) Você devia escovar os dentes, na verdade, você tem que.

EXEMPLOS COM FUNDO CONVERSACIONAL TELEOLÓGICO:

(29) Se você quer chegar à ilha do Campeche, você deve pegar o barquinho, na verdade, você tem que (pegar o barquinho).

(30) Se você quer chegar à ilha do Campeche, você devia pegar o barquinho, na verdade, você tem que (pegar o barquinho).

Sendo todas as sentenças de (19) a (30) gramaticais, então é possível afirmar que ‘deve’ e ‘devia’ são mais fracos do que ‘tem que’ e ‘necessariamente’, portanto, se ‘tem que’ e ‘necessariamente’ são modais de necessidade e ‘deve’ e ‘devia’ são mais fracos do que eles, como foi visto nas sentenças (19) a (30), então ‘deve’ e ‘devia’ são modais de necessidade fraca.

Para que se possa entender a semântica dos auxiliares em questão, é necessário ter claro o que Kratzer (1991) entende por necessidade fraca. Não vamos nos deter aqui na apresentação da formalização, mas é importante entender as definições de Kratzer para necessidade e necessidade fraca:

- Necessidade: Uma proposição p é uma necessidade em um mundo w com respeito a uma base modal f e uma fonte de ordenação g se e somente se a seguinte condição é satisfeita:

Para todo $u \in \cap f(w)$ há um $v \in \cap f(w)$ tal que $v \leq_g(w) u$ e para todo $z \in \cap f(w)$: se $z \leq_g(w) v$, então $z \in p$.

Traduzindo a definição acima temos que uma proposição p é uma necessidade se e somente se ela é verdadeira em todos os mundos acessíveis que estão mais próximos do ideal estabelecido pela fonte de ordenação. Já vimos como isso funciona no exemplo em (11).

- Necessidade fraca: Uma proposição p é uma necessidade fraca se e somente se, p é uma possibilidade melhor do que não- p em w com respeito a f e g .

As variáveis f e g representam a base modal e fonte de ordenação, respectivamente. Para entendermos o conceito de necessidade fraca precisamos entender o que é uma possibilidade melhor:

- Possibilidade Melhor: Uma proposição p é uma possibilidade melhor do que uma proposição q em um mundo w com respeito a uma base modal f e uma fonte de ordenação g sse p é uma possibilidade tão boa quanto q , mas q não é uma possibilidade tão boa quanto p em w com respeito a f e g .

• Possibilidade tão boa quanto: Uma proposição p é uma possibilidade melhor do que uma proposição q em um mundo w com respeito a uma base modal f e uma fonte de ordenação g se e somente se p é uma possibilidade tão boa quanto q mas q não é uma possibilidade tão boa quanto p em w com respeito a f e g .

Esquemáticamente, temos a seguinte configuração:

(31) Mundos ideais $< p < \text{não-}p$

Explicando o esquema (31), temos que todos os mundos onde p é verdadeira estão mais próximos dos mundos ideais, ou estão melhor ordenados, do que os mundos onde p é falsa. Isso significa dizer que p é uma possibilidade melhor do que não- p , logo p é uma necessidade fraca. Veja que na necessidade fraca há uma comparação entre p e não- p .

A autora ainda faz uma relação das noções modais às expressões modais no artigo de 1991, o qual Portner (2009) também se reporta:

- Necessidade = Tem que p .
- Necessidade Fraca = Provavelmente p .⁴¹
- Possibilidade Melhor = É mais provável que p do que não- p .

As definições de Kratzer dizem que a necessidade não permite outras alternativas de mundos, uma proposição somente será uma necessidade se ela for verdadeira em todos os mundos acessíveis que estão mais próximos do ideal estabelecido pela fonte de ordenação. Já a necessidade fraca implica em considerar que o falante faz uma comparação dos mundos acessíveis, considerando todos os melhores mundos, mas também os mundos que não estão tão próximos do ideal. O falante exprime quais são os melhores mundos ou os mais próximos do ideal dado todos os mundos acessíveis, que são os bons e os não tão bons ou ruins. Na necessidade fraca, o falante compara alternativas de mundo, ele compara p e não- p .

Tendo em vista os conceitos apresentados, atente para os exemplos abaixo:

(32) João tem que estar em casa.

(33) João deve estar em casa.

(34) João devia estar em casa.

⁴¹ Nesta pesquisa também se considera que necessidade fraca equivale a ‘deve p ’ e ‘devia p ’.

Considere as sentenças (32) a (34) num contexto em que os interlocutores estão à procura do João. Em (32), o falante aposta que não há outro lugar que o João possa estar senão em casa. Ou seja, não há outra alternativa, e a melhor paráfrase para (32) seria: Dado o que o falante sabe sobre os lugares onde o João pode estar, e se tudo estiver ocorrendo conforme a normalidade, em todos os mundos mais próximos do ideal – nesse caso, os mundos ideais são aqueles em que nenhum acidente ou anormalidade no curso dos eventos acontece – o João está em casa.

Com (33) e (34) não se tem a leitura de que não há alternativa, por isso que são considerados necessidade fraca, pois eles fazem uma comparação de mundos. Em (33) tem-se uma interpretação de alta probabilidade, isto é, o significado denotado por (33) é: por tudo o que o falante sabe sobre os lugares onde o João pode estar, e se tudo ocorrer dentro da normalidade/sem acidentes, muito provavelmente o João está em casa ou em todos os mundos mais próximos do ideal – nesse caso, os mundos ideais são aqueles em que nenhum acidente ou anormalidade no curso dos eventos acontece – o João está em casa, mas ele também pode não estar, e ainda o falante considera que (repare na comparação dos mundos) há mais chances de ele estar em casa do que de ele não estar.

Já (34) também traz um modal de necessidade fraca e certamente, a intuição dos falantes nativos do português brasileiro diz que (33) e (34) não significam o mesmo. No contexto em que (34) está inserida, o falante considera que o lugar onde era para o João estar era em casa, porém ele acha que o João não está lá. Tentando parafrasear (34) teremos: por tudo o que o falante sabe sobre os lugares onde o João pode estar, e se tudo ocorrer dentro da normalidade/sem acidentes, muito provavelmente o João está em casa ou em todos os mundos mais próximos dos ideais – nesse caso, os mundos ideais são aqueles em que nenhum acidente ou anormalidade no curso dos eventos acontece – o João está em casa. Apenas com a semântica da necessidade fraca não conseguimos diferenciar ‘deve’ de ‘devia’. No entanto, os falantes do PB não interpretam (33) e (34) da mesma maneira. E essa diferença surge pela presença do morfema de imperfeito presente em ‘devia’ que nos permite ter uma interpretação não-factual.

O problema agora é como distinguir ‘deve’ de ‘devia’, em particular porque os dois parecem expressar necessidade fraca, como pode ser visto pelos testes apresentados de von Stechow & Iatridou (2008), em que se prova a fraqueza do modal e pelos exemplos que mostram que os dois comparam alternativas de mundos. Desse modo, a seguinte pergunta precisa ser esclarecida: Se ‘deve’ e ‘devia’ exprimem necessidade fraca, eles denotam o mesmo? Não, a ideia é que o morfema ‘-ia’ de imperfeito presente em ‘devia’ (como já foi visto, não expressa tempo nos exemplos que serão

analisados) é responsável pelas diferenças semânticas entre esses dois auxiliares modais, distinção que será esclarecida nos próximos capítulos.

4 CAPÍTULO III: ‘DEVE’ vs. ‘DEVIA’: UMA ANÁLISE INTUITIVA E TEÓRICA

4.0 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será apresentada uma análise intuitiva de sentenças com os auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’, com o objetivo de ressaltar suas diferenças e especializações para, posteriormente, poder explicá-las teoricamente. Em cada seção, serão analisadas sentenças com o verbo da sentença prejacente sendo um estativo, um eventivo e um fenômeno da natureza. Na seção 3.1, serão analisadas situações em que os modais em questão aparecem em contextos epistêmicos, fazendo-se assim, a análise intuitiva para essas situações. Na seção 3.2, ‘deve’ e ‘devia’ serão confrontados em contextos deônticos, examinando suas especialidades. Na seção 3.3, a interpretação teleológica será testada com esses auxiliares modais, com o objetivo de investigar se eles possuem diferença quando estão num mesmo contexto. Dado todas as análises intuitivas, a seção 3.4 descreve uma proposta para a semântica desses auxiliares modais.

4.1 MODALIDADE EPISTÊMICA

Como foi visto, a modalidade epistêmica é aquela na qual se leva em consideração o conhecimento do falante, e a partir desse conhecimento o falante conclui algo. O que se pode perceber com ‘deve’ e ‘devia’ é que ‘deve’ pode ser usado sem maior dificuldade como epistêmico, porém ‘devia’ tem grande dificuldade de se combinar com base modal epistêmica, podendo apenas aparecer em contextos estritamente restritos, como será visto ao longo desta seção. Para demonstrar tal afirmação, atentaremos para os exemplos a seguir, os quais serão todos observados somente sob a interpretação com base modal epistêmica e fonte de ordenação estereotípica, isto é, levando em consideração o curso normal de eventos.

Começaremos analisando um par de sentenças cujo verbo da sentença prejacente é um estativo e as evidências que compõem seu fundo conversacional são indiretas como veremos logo adiante:

- (1) João deve ser o assassino.
- (2) João devia ser o assassino.

Para (1) e (2) imagine uma situação em que se está investigando o caso do assassinato da Maria. O delegado, responsável pela solução do caso, tem algumas informações que irão ajudá-lo a identificar o assassino.

Ele sabe que o marido da Maria, que tem uma herança milionária, é o João e que ele é violento, tem dívidas de jogo, precisa pagar essas dívidas, e ainda o João foi visto com a Maria minutos antes de ela ser assassinada e o delegado sabe que o João tinha motivos para matar a Maria. Logo, considerando que uma pessoa que mata alguém tem motivos⁴² para fazer isso, então o delegado acredita que o João tem fortes chances de ter assassinado a Maria, tendo em vista tudo o que ele sabe do caso. Com isso, o delegado profere (1). Mas o que (1) significa intuitivamente no contexto acima? Precisamos nos utilizar dos conceitos de Kratzer apresentados na seção anterior para refinar este significado. Portanto, (1) significa que, tendo em vista todas as evidências que o delegado possui (base modal epistêmica ou fundo conversacional epistêmico), e se tudo ocorrer dentro da normalidade (fonte de ordenação estereotípica ou fundo conversacional estereotípico) – nesse caso, é mais normal (ou mais provável, no caso de ‘deve’) que uma pessoa violenta que tenha motivos para assassinar a Maria seja o seu assassino do que uma pessoa que está do outro lado do planeta e nem a conhece – o João ser assassino é portanto altamente provável.

Em (1), ‘deve’ está indicando que há uma alta probabilidade de o João ser o assassino, tendo em vista todas as evidências, ou seja, ao proferir (1) o falante considera que há uma alta probabilidade de o João ser o assassino, mas é claro que ele não sabe se o João é o assassino ou não, ele apenas dá a sua opinião a respeito do suposto assassino da Maria, tendo em vista todas as evidências que ele dispõe, e considerando que o mundo dele é normal (fonte de ordenação estereotípica). Mas ele não tem certeza de que o João é o assassino. A modalidade epistêmica se baseia em evidências, já que o falante não sabe se a situação denotada pela sentença prejacente é verdadeira ou não, porém ele se posiciona quanto à sua veracidade apostando que há uma grande probabilidade de ela ser verdadeira nos casos de uso do ‘deve’ em contexto epistêmico. Portanto, o investigador, ao especular o suposto assassino da Maria, conclui que, tendo em vista as evidências que ele dispõe e se tudo ocorrer normalmente, os mundos em que o João é o assassino são mais prováveis ou estão mais bem ordenados do que os mundos em que ele não é o assassino. Sendo assim, pode-se perceber a comparação de mundos mais prováveis do que outros, indicando assim a necessidade fraca de ‘deve’.

Sendo ‘deve’ um modal de necessidade fraca, isso implica dizer que (1) denota: por tudo o que o falante sabe sobre o assassinato da Maria no

⁴² Claro que podem existir mundos piores do que esse, por exemplo, mundos em que se mata sem motivo e ainda se ganha prêmios por fazê-lo. Porém, será considerado que, no estado epistêmico do falante no contexto descrito para (1) e (2), em todos os mundos em que se mata é porque se tem algum motivo para tal. Essa restrição é dada pela fonte de ordenação.

mundo real (base modal epistêmica ou fundo conversacional epistêmico), e se tudo for como normalmente é (fonte de ordenação estereotípica ou fundo conversacional estereotípico) – normalmente não há assassinatos, mas se há é porque a pessoa teve motivos para fazer isso – é muito provável que o João seja o assassino. Ou ainda, outra paráfrase para (1) seria: em todos os mundos mais próximos dos ideais – os mundos ideais, nesse caso, são aqueles em tudo ocorre normalmente, ou seja, aqueles em que não há assassinato e se houver é porque tem um motivo – é altamente provável que o João seja o assassino, mas ele também pode não ser, no entanto o falante considera que há mais chances de ele ser o assassino do que de ele não ser, e é nesse ponto que percebemos a necessidade fraca, em que se tem uma comparação de mundos: os mundos em que o João é o assassino são mais prováveis do que os mundos em que o ele não é, dado o fundo conversacional descrito acima.

Quando se organizam os mundos da base modal conforme a normalidade, como na fonte de ordenação estereotípica, falar de mundos normais ou de mundos anormais é falar de uma certa ordenação ou “hierarquia”. No caso essa “hierarquia” refere-se a níveis de normalidade, ou seja, os mundos normais estão mais próximos dos ideais – eles são melhores por possuírem mais proposições em comum com os mundos ideais – do que os mundos anormais que são menos normais porque possuem menos ou nenhuma proposição em comum com os mundos ideais. Dizer que um mundo é normal é dizer que ele possui um mínimo de semelhança com os mundos ideais que são determinados pelo contexto. E um mundo anormal é um mundo que não possui certos aspectos semelhantes aos mundos ideais, aspectos esses que também são delimitados pelo contexto.

Lyons (1977) apresenta as noções de factivo (ou factual ou factualidade), não-factivo (ou não factual ou não-factualidade) e contra-factivo (ou contrafactual ou contrafactualidade), que serão importantes para descrever a intuição e semântica dos dois modais em questão. Vejamos a distinção:

- (i) Eu lamento que ele morreu. → Factivo: O falante sabe que ele morreu e se compromete com a veracidade do acontecimento.
- (ii) João devia sair. → Não-factivo: O falante não sabe se João saiu, mas acha que ele não saiu ou não sairá.
- (iii) João devia ter saído. → Contra-factivo: O falante sabe que João não saiu, isto é, era para o João ter saído, porém ele não saiu, portanto o João foi “contra os fatos”.

Deste modo, a factualidade indica que já tem um fato realizado, ou seja, o falante já sabe de um fato ocorrido. A não-factualidade é quando o falante se refere a um fato que ele não sabe se ocorreu ou não, ou ele não sabe se vai ocorrer ou não, no entanto ele se posiciona como quem acha que este fato não ocorreu ou não irá ocorrer. Já a contrafactualidade é uma característica presente somente com fatos do passado, visto que esta noção mostra que o falante já sabe que o fato que deveria ter ocorrido, não ocorreu, ou seja, as coisas deveriam ter ocorrido de um jeito, mas ocorreram de outro, portanto foi contra os fatos.

Agora analisemos (2) no contexto acima do caso do assassinato da Maria. A título de esclarecimentos, a interpretação *default* para (2) é fortemente marcada pela contrafactualidade, isto é, os falantes nativos do PB⁴³ são fortemente compelidos a interpretar (2) como: Embora todas as evidências apontem para o fato de o João ser o assassino, na realidade ele não é. Porém, neste sentido, o falante já sabe que o João não é o assassino, portanto a necessidade está no passado, ou seja, o imperfeito está denotando tempo passado. Sendo assim, ‘devia’ está obviamente denotando contrafactualidade. No entanto, como foi delimitado nos capítulos anteriores, essa é uma interpretação que não nos interessa, já que nosso foco são as sentenças modais com ‘deve’ e ‘devia’ com o evento da sentença prejacente orientado para o futuro.

Podemos também fazer uma leitura epistêmica para (2) no mesmo contexto descrito acima, ela é mais difícil de ser captada, porém está presente. Imagine que o investigador possui as informações descritas no contexto, mas mesmo tendo todas estas evidências para concluir que o João é que deve ter matado a Maria, ele tem algum motivo, ou uma intuição de que esse não é o caso. Portanto, o investigador não sabe quem cometeu o homicídio da Maria, mas ele acha que não foi o João, mesmo sabendo que as evidências apontam para ele, o falante tem algum motivo, uma intuição de que não foi o João. Sendo assim, uma paráfrase para (2) seria: Dado todas as evidências (base modal epistêmica ou fundo conversacional epistêmico), e se tudo ocorreu como normalmente ocorre (fonte de ordenação estereotípica ou fundo conversacional estereotípico), o João é o assassino, mas eu não acho/acredito que foi ele. Ou ainda outra forma de parafrasear (2): Dado o que eu sei (base modal epistêmica), os mundos em que o João é o assassino da Maria estão mais próximos da normalidade (fonte de ordenação estereotípica) do que os mundos em que o João não é o

⁴³ No apêndice consta um teste que foi realizado sobre a aceitabilidade de ‘devia’ em contexto epistêmico, no qual das dez respostas, oito consideram ‘devia’ contrafactual em contexto epistêmico.

assassino, porém eu acho que não foi o João quem a matou, mesmo com todas as evidências apontando para ele.

No caso acima, observou-se uma situação em que se tinham evidências indiretas no fundo conversacional (doravante FC) epistêmico, e agora os auxiliares modais em questão serão testados com um FC epistêmico composto por evidências diretas, sendo o verbo da sentença prejacente estativo assim como no caso anterior. Os conhecimentos que compõem o fundo conversacional de (1) e (2) são informações descobertas ou conhecidas dos sujeitos do discurso a respeito da situação, sendo assim consideradas evidências indiretas, já que elas constituem um universo de informações indiretas do caso as quais irão levar o sujeito a tirar determinadas conclusões. Já no caso de (3) e (4), os conhecimentos do FC epistêmico são fruto de observação direta, ou seja, os sujeitos estão assistindo a um fenômeno que não conseguem distinguir e a partir do que é visto, isto é, das evidências diretas, eles concluem algo a respeito do fenômeno tendo por base o que foi visto. Observe:

(3) Aquilo deve ser um passarinho.

(4) Aquilo devia ser um passarinho.

Imagine um cenário em que João e Maria estão na sacada do seu apartamento e eles avistam um objeto no céu. Eles observam e percebem que aquilo está voando, é branco, faz movimentos parecidos ao de um passarinho, parece um passarinho então, João profere (3) e ela concorda com ele. O auxiliar modal ‘deve’ está combinado com uma base modal epistêmica e a fonte de ordenação organiza os mundos da base modal conforme a normalidade. Ou seja, se João e a Maria estão observando algo voando, que é branco, que faz movimentos parecidos com os de um passarinho e que se parece com um, eles concluirão que, provavelmente, aquilo é um passarinho. Em todos os mundos mais próximos dos mundos normais (os ideais) – nesse caso, os mundos normais ou ideais são aqueles que contem as características descritas no FC e em que o objeto é um passarinho – aquilo é um passarinho. Embora aquilo possa, no final das contas, ser um saco de papel que o vento está elevando ou uma pipa muito bem montada em forma de passarinho, as evidências apontam para um passarinho. Contudo, como já vimos no caso anterior, ‘deve’ em contexto epistêmico tem uma leitura de alta probabilidade de o evento da sentença prejacente se tornar fato, ou seja, mesmo o falante considerando que possam existir mundos anormais ou bem distantes do normal, ele aposta que há mais chances de aquilo ser um passarinho do que de não ser. Com

isso, mais uma vez notamos a necessidade fraca agindo na comparação dos mundos.

A sentença (4) pode também receber uma interpretação epistêmica no mesmo cenário descrito para (3). Então, se as duas sentenças podem coexistir no mesmo cenário e com a base modal sendo epistêmica, elas dizem o mesmo? Não, nossa intuição afirma que não. Anteriormente atentamos para o sentido epistêmico de (3), agora veremos o sentido epistêmico de (4). No mesmo cenário, com as mesmas evidências, o João profere (4) para Maria e ela concorda com ele. Só que agora a Maria está concordando com outra informação do João: Eu não sei se aquilo é mesmo um passarinho, mas embora tudo indique que aquilo é um passarinho, eu acho que não é na realidade. Portanto, uma paráfrase em termos de semântica de mundos possíveis seria: Dado o que eu sei (base modal epistêmica com evidências diretas), e se tudo for como normalmente é (fonte de ordenação estereotípica), os mundos em que seres com as características observadas na sacada do João sejam um passarinho estão mais próximos do normal (ideal) do que mundos em que aquilo não é um passarinho, mas eu acho que aquilo não é um passarinho porque eu não sei se o meu mundo (mundo real) é um mundo normal ou não, por isso eu não sei se aquilo é um passarinho ou não, embora eu saiba que era para ser, dado as evidências.

Agora vamos testar os auxiliares modais em questão com um verbo que indica fenômeno da natureza na sentença encaixada para observarmos se eles se comportam como nos casos acima:

- (5) Amanhã deve chover.
- (6) Amanhã devia chover.

Imagine uma situação em que o João sabe que está nublado, que a umidade relativa do ar está alta e que a previsão do tempo constatou que choverá amanhã. E então, a Maria chega e pergunta para o João: ‘Como estará o tempo amanhã?’ e o João responde (5). Ao proferir (5), o João considera que dado tudo o que ele sabe e se tudo ocorrer como normalmente ocorre, então provavelmente amanhã vai chover. Com (5), o João diz que muito provavelmente amanhã irá chover. Em termos de semântica de mundos possíveis, o sentido que (5) carrega é que existem mundos em que amanhã irá chover e mundos em que amanhã não irá chover, esses mundos da base modal estão organizados de acordo com o fluxo normal dos eventos, isto é, dado todas as informações que o João possui, nos mais normais chove amanhã e nos mais anormais amanhã faz um dia ensolarado sem nenhuma nuvem no céu, um mundo anormal seria

um mundo imprevisível. Portanto, nos mundos mais próximos dos normais amanhã vai chover. A noção de probabilidade está mais uma vez presente no item lexical modal de (5), ou seja, o falante considera que, dado tudo o que ele sabe, e se tudo ocorrer como normalmente, então provavelmente amanhã choverá. Contudo, não se descarta a possibilidade de amanhã não chover, porém os mundos em que amanhã chove são mais prováveis do que os mundos em que não chove, ou ainda, os mundos em que chove amanhã são mais ordenados – estão mais próximos do normal ou ideal – do que aqueles em que não chove, que são mundos improváveis, imprevisíveis nos quais as coisas não ocorrem como normalmente costumam ocorrer. Essa noção de provável, probabilidade implica em comparar mundos, o que nos remete a idéia da necessidade fraca.

Mais uma vez, (6) pode ter uma leitura epistêmica também, assim como (5), porém elas não significam o mesmo. Considere que o João possui as mesmas informações do fundo conversacional de (5). E a Maria faz a mesma pergunta: “João, como estará o tempo amanhã?”, e dessa vez, o João responde (6). Com isso, o João não falou o mesmo do que quando ele respondeu (5) para a Maria. Ao proferir (6), o que o João disse em outras palavras foi: “Olha Maria, eu tenho muitas evidências para apostar que amanhã vai chover, mas eu acho que amanhã não vai acontecer o que normalmente ocorre – normalmente quando temos as informações que eu sei, provavelmente amanhã choveria, mas eu acho que amanhã não vai acontecer isso”. Em termos de semântica de mundos possíveis, temos: Em todos os mundos mais próximos do ideal, ou seja, em todos os mundos mais normais, amanhã choverá, porém eu acho (eu tenho motivos para achar, ou eu tenho a intuição de que não vai chover) que não vai chover porque eu acho que o mundo real não é ou não será um mundo normal.

Somente resta testar os auxiliares modais estudados com um eventivo na sentença prejacente, como em:

- (7) O avião deve pousar às duas horas.
- (8) O avião devia pousar às duas horas.

Tanto (7) quanto (8) podem ter uma interpretação epistêmica num contexto em que o falante sabe que o avião saiu de São Paulo à uma hora da tarde, e que o trajeto São Paulo a Florianópolis demora uma hora, e a previsão é de que o avião pouse em Florianópolis às duas horas da tarde. Com isso, a Maria pergunta para o João: “Que horas o avião vai chegar a Florianópolis?” No contexto acima, o João poderia responder tanto (7) quanto (8), porém ele estaria avaliando o caso de maneiras distintas. Se o João responder (7) ele estará informando para a Maria o seguinte: Por tudo

o que eu sei, e se os fatos se desenrolarem normalmente – o normal nesse caso é que o previsto ocorra, ou seja, que nenhum acidente ou imprevisto ocorra e que o avião pouse às duas horas – provavelmente o avião pousará às duas horas. (7) expressa uma estatística, uma probabilidade, um resultado objetivo sobre o que é mais provável dado o que se sabe e se tudo ocorrer normalmente.

Agora se o João respondesse à pergunta da Maria com (8), ele estaria dizendo o seguinte: Por tudo o que eu sei, e se os fatos se desenrolarem normalmente, provavelmente o avião pousaria às duas horas, mas eu acho que o avião não vai pousar às duas horas. Ou ainda, o que era para acontecer, dado o que eu sei (base modal epistêmica) e o que é previsto ou mais provável (fonte de ordenação estereotípica), era o avião pousar às duas horas, mas eu acho que isso não vai acontecer, eu acho (tenho a impressão) que não vai acontecer o que era previsto.

Visto todas essas situações epistêmicas, percebeu-se que ‘deve’ é especializado em se combinar com base modal epistêmica, expressando o que é provavelmente o caso, e essa parece ser sua interpretação *default*. Já ‘devia’ coloca várias inquietações, ele pode aparecer em contextos epistêmicos com o evento da sentença prejacente orientado para o futuro, portanto o morfema de imperfeito não denota passado neste sentido, porém essa não é a interpretação preferencial dele, contudo percebemos que ela está presente. Vimos que preferencialmente, o morfema ‘[-ia]’ de ‘devia’ indica passado e implica em uma interpretação contrafactual, no entanto esse é o sentido que não nos interessa neste trabalho.

Como será visto nas próximas seções, o proferimento de sentenças com ‘devia’, é facilmente utilizado como uma sugestão, um conselho, um desejo, e o sentido epistêmico em que o imperfeito não indica passado é observado somente em contexto estritamente restritos.

4.2 MODALIDADE DEÔNTICA

A modalidade deôntica é aquela que se refere à ordem, lei, permissão, proibição, obrigação. Da mesma forma como na seção anterior, analisaremos esses dois auxiliares modais em sentenças nas quais o verbo da oração encaixada é um estativo, eventivo e fenômeno da natureza.

Na modalidade deôntica, segundo o modelo de Kratzer, teremos uma base modal circunstancial, na qual serão fornecidas as informações relevantes acerca das circunstâncias que envolvem a situação discursiva, e a fonte de ordenação irá organizar os mundos dessa base modal de acordo com a lei, ou o que é permitido ou obrigatório dado a proximidade com um mundo ideal que é estabelecido pelo contexto. Os mundos ideais são

aqueles em que todas as regras funcionam, não há violação. A fonte de ordenação deontica irá organizar os mundos de acordo com um critério de semelhança com os mundos ideais, portanto, dizer que um mundo está mais próximo dos ideais do que outro significa que esse mundo é melhor do que o outro, ou ele se assemelha mais com os mundos ideais do que o outro que está mais longe.

Quando a sentença interpretada deonticamente tiver o “sujeito” em terceira pessoa, nos casos de ‘deve’, teremos uma leitura deontica indicando somente o que o falante considera ser o mais correto dado o que a lei diz, no entanto, veremos que se a sentença tiver seu “sujeito” em segunda pessoa, poder-se-á ter uma interpretação de ordem, que será um ato de fala. Mussalim e Bentes (2006) apresentam a teoria dos atos de fala de Austin (1990):

A Teoria dos Atos de Fala, que tem por base conferências de Austin publicadas postumamente em 1962 sob o título *How to do things with words* (Austin, 1990), concebe a linguagem como uma *atividade* construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de esta falando em si – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação. Uma das distinções mais importantes feitas por Austin nesta sua defesa dos atos de fala é entre os *enunciados performativos*, como aqueles que realizam ações porque são ditos, e os *enunciados constantivos*, que realizam uma afirmação, falam de algo. (MUSSALIM, F., BENTES, A.C., 2006, p.57-58)

Para nós interessam os atos de fala em enunciados performativos, pois se ““pratica” uma ação enquanto é enunciado”⁴⁴, como é caso de praticar a ação de ordenar com ‘deve’. Veremos melhor essas noções nos exemplos posteriormente analisados.

Vimos que o modal “deontico é transitivo, ou seja, ele apresenta como sujeito uma expressão referente à origem da permissão, obrigação, e como objeto o que é permissível ou obrigatório, ou seja, o modal estabelece uma predicação acerca do sujeito.”⁴⁵

Com os próximos exemplos, tentaremos esclarecer essas idéias. Observe:

⁴⁴ Id., Ibid., p.58.

⁴⁵ PORTNER, 2009, p.190.

- (9) João deve ser fiel a sua esposa.
 (10) João devia ser fiel a sua esposa.

Tendo em vista que (9) possui um “sujeito” em terceira pessoa, podemos observar a interpretação de obrigação do sujeito segundo normas morais da sociedade na qual ele está inserido. Quando temos ‘deve’ em contexto deôntico, ele denota algo como: ter o dever de, isto é, em certas situações temos diretos e deveres a cumprir, portanto, ‘deve’, indica os deveres a serem cumpridos dada a situação e o que é o correto de se fazer nela. Em (9), então, podemos inferir que, se o João optou por casar, então ele tem o dever de ser fiel a sua esposa, tendo em vista as atitudes moralmente corretas para pessoas casadas na sociedade em que o João está inserido. Sendo assim, (9) significa que dado que o João é casado, e na sociedade onde ele habita existe uma regra social de moralidade que diz que todo homem casado tem o dever de ser fiel a sua esposa, então os mundos em que o João é fiel a sua esposa são mais moralmente corretos do que os mundos em que ele não é.

Uma paráfrase para (9) seria: Dado os fatos circunstancialmente relevantes (o João ser casado) – base modal circunstancial ou fundo conversacional circunstancial –, em todos os mundos mais próximos dos ideais, os mundos ideais são aqueles onde o que é moralmente correto é o caso, por exemplo, todos os homens são fiéis a suas esposas, – fonte de ordenação deôntica ou fundo conversacional deôntico –, o João ser fiel a sua esposa é mais moralmente correto do que ele não ser. Na última parte da paráfrase pode-se perceber a necessidade fraca indicando a comparação de mundos, na mundos em que o João é fiel a sua esposa são mais ordenados do que os mundos em que ele não é fiel a sua esposa, dado o que é moralmente correto na sociedade em que o João vive.

A sentença (10) pode ter uma leitura igualmente deôntica, no entanto o morfema ‘-ia’ em ‘devia’ se encarrega de diferenciar (9) de (10) sutilmente no mesmo contexto. Em (9), parece que o falante é neutro quanto ao fato de o João ser fiel ou não, ele apenas indica o que é mais correto, mas não se posiciona sobre se o João é ou não fiel. Já em (10), há a posição subjetiva do falante em achar que o João não é fiel ou que ele não vai ser fiel a sua esposa. E essa ideia é dada pelo imperfeito em ‘devia’. Imagine que a Maria sabe que o João é casado, mas ela não sabe se ele é fiel a ela ou não, e então ela comenta com a Júlia, sua amiga, (10). Nesse caso, o que a Maria está falando é que dado que o João é casado, é mais moralmente correto que o João seja fiel a sua esposa do que ele não seja, mas ela acha que ele não é fiel. Veja a paráfrase de (10): Dado que o João é casado – base modal circunstancial ou fundo conversacional circunstancial

–, em todos os mundos mais próximos dos ideais – fonte de ordenação deontica ou fundo conversacional deontico – o João é fiel a sua esposa, porém o falante não sabe se o João é fiel ou não, mas acha que ele não é. Com essa paráfrase, percebe-se que o que o morfema do imperfectivo faz é mostrar a posição do falante quanto à efetivação do evento da sentença prejacente, algo como: Eu acho que o João não faz o que é (no caso da modalidade deontica) mais moralmente correto, embora ele tenha o dever de fazer. Tanto (9) quanto (10) mostram que o falante indica o que é o mais correto de se fazer, porém em (10), além de ele dizer o que é mais certo, ele ainda se posiciona como quem acha que não é feito o que é o mais correto.⁴⁶

Em (9) e (10) temos sentenças com o “sujeito” em terceira pessoa, portanto a obrigação incide sobre este indivíduo. Nas sentenças abaixo, apenas se substitui o “sujeito” de terceira pessoa para um “sujeito” de segunda pessoa:

(11) Você deve ser fiel a sua esposa.

(12) Você devia ser fiel a sua esposa.

Essa mudança resulta na aparição do ato de fala, que como vimos, é quando ao proferir uma sentença o falante realiza uma ação. E nos casos de (11) e (12) vemos que o falante realiza a ação de aconselhar o ouvinte a ser fiel a sua esposa, portanto, o falante espera que o ouvinte siga seu conselho, sendo assim um ato de fala. Só o que difere (9) e (10) de (11) e (12) é que em (9) e (10) o “sujeito” que deverá cumprir a obrigação é o João, que é um sujeito em terceira pessoa, e em (11) e (12) é o ouvinte, e ainda que (11) e (12) carregam o ato de fala de aconselhar, visto que o “sujeito” está em segunda pessoa, o que não ocorre com (9) e (10), visto que a obrigação é voltada para o João, que é uma terceira pessoa, então ele não recebe uma ordem, apenas está se falando das obrigações, dos deveres desse cidadão. As quatro sentenças mostram o que o falante considera o mais moralmente correto, no entanto, (10) e (12) expressam o posicionamento do falante de achar que não é/será feito o que é mais correto. Já (9) e (11) apenas expressam o que o falante considera o mais certo de se fazer, logicamente o falante também não sabe o que será feito por se tratar de sentenças modalizadas, porém ele não se posiciona quanto a ocorrer o que é o mais correto ou não, ele apenas indica o que é o mais correto, entretanto sobre o

⁴⁶ A interpretação *default* de (16) é contrafactual, algo como: embora o João não seja fiel a sua esposa, ele tinha o dever de ser -, mas como já falamos, não iremos trabalhar com ela, visto que o morfema de imperfectivo, nesse caso, estará indicando passado.

que ele acha que o ouvinte irá escolher fazer, ‘deve’ nada contribui para isso, ao passo que ‘devia’ cumpre essa função, visto que o falante se posiciona como quem acha que não ocorrerá ou ocorre o que é o mais correto.

Dessa forma, temos a impressão de que com as sentenças (9) e (11) há uma possibilidade maior de *p* ser verdadeira do que em (10) e (12), já que com ‘deve’ o falante apenas indica o que é o mais correto e com ‘devia’ além disso, ele fala que acha que não ocorre/ocorrerá o que é mais certo. Quando o falante aconselha um sujeito com ‘deve’ ele está, de certa forma, dando menos opções de escolha sobre o que fazer do que quando ele aconselha com ‘devia’, isto é, com ‘devia’ o falante deixa o sujeito mais livre, mais à vontade para decidir o que escolher fazer. Quando falamos de conselho na modalidade deôntica, estamos nos referindo ao que o falante considera ser o melhor a fazer dado o que é o mais correto, portanto o falante mostra o que é o mais correto e indica que é melhor fazer o que é o mais correto, e esse sentido nos faz interpretar a sentença como um conselho.

Analisemos outro par mínimo na modalidade deôntica com um verbo estativo na sentença prejacente:

- (13) Traficantes devem ficar na prisão.
- (14) Traficantes deviam ficar na prisão.

Imagine que as circunstancias relevantes que envolvem (13) e (14) é que os traficantes causam muito mal à sociedade. E a fonte de ordenação ordena os mundos dado o que a lei diz, e a lei diz que é proibido o tráfico de drogas e se alguém traficar drogas será preso. Essa fonte de ordenação ordenará os mundos dado o que é o ideal, e os mundos ideais, nesse caso, são os mundos onde não ocorre tráfico de drogas. Portanto, a fonte de ordenação ordenará os mundos dado o que a lei diz, sendo assim, nos mundos ideais não tem tráfico, e nos mundos mais próximos dos ideais existe tráfico e os traficantes vão para prisão, e quanto mais afastados dos ideais, piores serão os mundos, isto é, serão piores dado que a lei cada vez menos vigora ao se afastar dos ideais. Dado a delimitação do contexto, vejamos o que (13) e (14) significam no contexto descrito acima.

Imagine que o João e a Maria estão conversando sobre o tráfico de drogas e o mal que isso acarreta para a sociedade, e então o João profere (13) para a Maria e ela concorda com ele. O que o João disse foi que dado que os traficantes fazem muito mal a sociedade, o mais correto (e o melhor para a sociedade, considerando que a lei visa o bem e o justo), dado o que a lei diz, é que os traficantes fiquem na prisão. Dessa forma, a paráfrase para

(13) seria: dado todo o mal que os traficantes causam para a sociedade (base modal circunstancial), o mais correto e o melhor segundo a lei (fonte de ordenação deontica) é que os traficantes fiquem na prisão. Ou ainda: Dado os fatos circunstancialmente relevantes, e dados os mundos ideais – aquele onde os traficantes ficam na prisão -, em todos os mundos mais próximos dos ideais, ou seja, nos melhores mundos depois dos ideais, traficantes ficam na prisão. Na mesma conversa descrita acima, imagine que ao invés de proferir (13), o João profere (14). Nesse caso, temos outra denotação. Com (14), o João diz que o mais correto é que os traficantes fiquem na prisão, mas eu (o João) acho que não é isso o que ocorre/ocorrerá sempre. Poderíamos ainda parafrasear (14) como: Dado que os traficantes causam muito mal a sociedade, e de acordo com o que a lei determina, em todos os mundos mais próximos dos ideais, aqueles onde a lei vigora, os traficantes ficam na prisão, mas eu (o João) acho que não é isso o que ocorre/ocorrerá sempre ou em todos os mundos. O que o morfema do imperfectivo faz é que, dado que o modal ‘deve’ indica o que é o mais correto dado o que a lei diz, o imperfectivo vai dizer que o falante acha que não acontece/acontecerá o que a lei diz ou o mais correto em todos os mundos sobre os quais ele está se referindo. Temos, ainda, a sensação de que a sentença modalizada com ‘devia’ gera a impressão de que a efetivação do evento denotado pela sentença prejacente se torna menos real ou um pouco mais distante, difícil de se tornar real ou de ser real (não factuality), ao passo que ‘deve’ causa a sensação de que o evento tem mais chances de ser real, já que o falante somente mostra o que é o mais correto tendo uma posição neutra quanto a factuality da situação denotada na sentença prejacente. Isto é, há uma probabilidade real de ele ocorrer com ‘deve’, ao passo que com ‘devia’ não temos a sensação de que há essa probabilidade real.

Vejamos as sentenças abaixo, em que apenas foi substituído o “sujeito” ‘João’ de (13) e (14) por um “sujeito” em segunda pessoa:

- (15) Você deve ficar na prisão.
- (16) Você devia ficar na prisão.

Podemos perceber que o mesmo ocorre em relação a (11) e (12). A diferença entre (13) e (14) e (15) e (16) é apenas que com o “sujeito” em segunda pessoa temos um ato de fala. Estamos lidando com a definição de ato de fala como aquelas sentenças que ao serem proferidas o falante realiza uma ação, que no nosso caso será de ordenar ou de aconselhar. Em (15), o falante realiza a ação de ordenar ao proferir a sentença, ao passo que com (16) a ação é de aconselhar. Imagine que (15) é proferida por um juiz no julgamento do réu que é acusado de tráfico de drogas. O juiz ainda não deu

o veredicto, portanto ainda não se sabe se o réu será condenado ou não, então o juiz profere (15) ao réu, indicando o que é o mais correto segundo o que a lei diz e ainda que o ouvinte tem o dever, a obrigação de fazer o que é o mais correto de acordo com a lei. Ao proferir (15) o juiz está realizando a ação de ordenar o réu a ir para a prisão, isto é, ele diz que dado o que a lei diz, em todos os mundos mais próximos dos ideais o réu irá para a prisão cumprir sua obrigação de obedecer o que a lei diz. Já (16), não seria dito com o mesmo sentido de (15). Em (16), não podemos ter uma leitura de ordem, mas sim de conselho, baseado na lei, isto é, o falante aconselha o ouvinte a fazer o que é mais correto dado o que a lei diz, e ainda, temos a impressão de que o falante não acredita muito que o ouvinte fará o que ele diz ser o mais correto. Em (13) e (15), o falante apenas mostra o que é o mais correto a ser feito e ainda pode ser entendido como ordem ou obrigação, e em (14) e (16), além de ele mostrar o que é o mais correto, ele expressa sua posição subjetiva em achar que não acontecerá o que é mais correto, além de essas sentenças não indicarem ordem, e sim um conselho, que podemos entender, de certa forma, como uma “ordem” mais amena, isto é, onde o falante deixa o ouvinte mais livre para escolher o que fazer, no entanto ele aponta o que é o mais correto dado as leis ou o que é moralmente correto. Isto é, diferenças entre (13) e (15) e entre (14) e (16), é que (13) e (14) não carregam o ato de fala, enquanto que (15) e (16) sim.

Vejamos agora como os modais se comportam com um verbo que indica fenômeno da natureza:

- (17) Amanhã deve chover.
- (18) Amanhã devia chover.

A interpretação deontica não é possível nem em (17) e nem em (18). (17) só pode significar uma previsão, isto é, uma interpretação epistêmica, algo como: dado o que se sabe, e se tudo ocorrer normalmente, muito provavelmente amanhã irá chover. E (18) pode significar um desejo do falante, portanto teríamos uma base modal circunstancial e uma fonte de ordenação bulética, aquela que organiza os mundos da base modal de acordo com os desejos do falante. Sendo assim, o sentido de (18) seria: Dado os fatos circunstancialmente relevantes (os fatos são que o falante vendo que hoje não choveu, então ele quer que chova amanhã para que ele colha bons frutos na sua colheita), em todos os mundos mais próximos dos ideais – os mundos ideais são aqueles onde os desejos do falante são satisfeitos, nesse caso, chover amanhã – chove amanhã. (18) ainda poderia ter uma leitura epistêmica diferente da de (17), como vimos na seção anterior, nos exemplos (5) e (6). Portanto, pode-se concluir que quando o

verbo da sentença prejacente for um fenômeno da natureza não teremos uma modalidade deôntica nem para ‘deve’ e nem para ‘devia’. ‘Deve’ poderá ter uma interpretação epistêmica, de probabilidade, ou ainda teleológica, como veremos nas próximas seções. E ‘devia’ poderá significar um desejo do falante, no qual se tem uma fonte de ordenação bulética, ou um sentido epistêmico, como vimos na seção anterior, ou ainda teleológico, como será visto nas próximas seções.

Agora serão analisados os verbos em questão com o verbo da sentença prejacente sendo um eventivo:

(19) De agora em diante, o João deve chegar em casa até às 11 horas.

(20) De agora em diante, o João devia chegar em casa até às 11 horas.

Imagine que os pais do João estão decidindo até que horas o João poderá chegar em casa. As circunstâncias relevantes para a situação de (19) é que o João chegou em casa muito tarde outro dia e os pais dele não gostaram disso. E então eles decidem que, de agora em diante, o João deverá chegar em casa no máximo às 11 horas, sendo assim eles concordam que (19), portanto essa é a nova regra que o João deverá obedecer. Desse modo, os pais do João estão falando sobre a obrigação do João, ou melhor, o seu dever dado que os pais são quem ditam as regras da casa. Portanto, uma paráfrase para (19) seria: Dado que o João chegou muito tarde em casa outro dia e os pais dele não gostaram disso, em todos os mundos mais próximos dos ideais, - os ideais são aqueles onde as regras são cumpridas, ou seja, o João chega em casa no máximo às 11 horas -, de agora em diante, o João chega em casa até às 11 horas.

Com (20) a história é outra, pois ao proferir (20) não é possível um sentido de obrigação. O falante mostra o que ele considera ser o melhor dado um objetivo que, no caso de (20), é o bem do João, contudo a fonte de ordenação é teleológica. Por exemplo, imagine uma nova cena entre os pais do João. Eles estão observando que o João está chegando muito tarde em casa e percebem que, no final, isso não faz bem para o João, então a mãe do João profere (20), mostrando o que seria o melhor para o João para que ele tenha mais disciplina e qualidade de vida. A parte sublinhada representa o objetivo que os pais do João gostariam que o João atingisse. E desse modo, o falante se utiliza do ‘devia’ para falar sobre o que é melhor para o João de forma menos incisiva ou autoritária, mostrando o que é o mais correto, mas deixando a escolha sobre o que fazer nas “mãos dele”. E com ‘deve’ o falante não deixa a escolha nas “mãos do João”, porque não há escolha, o

locutor simplesmente indica o que é o mais correto e que o João tem a obrigação de fazer isso.

(20) ainda pode ter uma interpretação de desejo dos pais de que o João chegue, de agora em diante, até às 11 horas. Nesse caso, então, as circunstâncias da situação poderiam ser as mesmas descritas anteriormente, porém a fonte de ordenação ordenará os mundos da base modal de acordo com os desejos do falante, nesse caso, os mundos ideais são aqueles onde os desejos são satisfeitos, portanto são aqueles onde o João chega em casa até às 11. Para a interpretação de desejo, teríamos a seguinte paráfrase (20): Tendo em vista que o João chegou em casa muito tarde outro dia e os pais do João não gostaram, e dado que os pais do João querem que o João chegue no máximo às 11h em casa, então em todos os mundos mais próximos dos ideais (aqueles onde os desejos do falante sejam satisfeitos: o João chegar em casa até as 11), de agora em diante, o João chega em casa até às 11 horas. No entanto, nesse caso, mudamos a fonte de ordenação para uma fonte bulética. Portanto, vimos mais uma vez, que ‘devia’ não pode ser deontico quando orientado para o futuro.

Substituindo o “sujeito” em terceira pessoa por um de segunda pessoa, o ato de fala novamente aparece:

- (21) De agora em diante, você deve chegar em casa até 11h.
- (22) De agora em diante, você devia chegar em casa até 11h.

Mais uma vez, a diferença entre (19) e (20) e (21) e (22) é que as segundas contém o ato de fala, enquanto que as primeiras não. Como vimos anteriormente, com o sujeito em terceira pessoa, assim como (19) trata da obrigação do João, em (21) teremos uma ordem direcionada ao João. No mesmo contexto de (19), (20) pode ser proferida pela mãe do João como uma ordem, uma paráfrase seria: **Eu te ordeno** que de agora em diante, você chegue em casa até às 11. A parte da paráfrase em negrito representa o ato de fala de ordenar. A única diferença entre (19) e (21) é que (19) trata da obrigação do João num discurso indireto, e já em (21), essa obrigação é direcionada diretamente ao João em forma de ordem, caracterizando um discurso direto. A relação entre (20) e (22) é diferente. Como vimos, (20) pode ser a expressão do que o falante considera ser o melhor para o João ter maior qualidade de vida, e então (22) terá o ato de fala de aconselhar o ouvinte a fazer o que é melhor, e aconselhando o falante deixa o ouvinte mais à vontade para escolher o que fazer, mas mesmo assim, o falante mostra o que é o melhor dadas as circunstâncias. Com esse sentido, (22) poderia ser proferida pela amiga do João, que sabe que ele levou uma bronca de seus pais por chegar tarde em casa outro dia, e então a moça

aconselha o João a chegar em casa até às 11 de agora em diante, dado que ela considera que é melhor o João chegar mais cedo para não receber mais broncas dos pais, mas essa interpretação já não é deôntica.

Com ‘devia’, o ouvinte tem a opção de escolher o que fazer, já que o falante não impõe ao sujeito o que fazer, eles apenas mostram qual é o caminho mais correto a seguir, sendo assim ele sugere ou aconselha o sujeito a fazer o que é mais correto, não indicando uma ordem ou imposição, portanto não temos modalidade deôntica com ‘devia’ orientado para o futuro, dessa forma passamos à uma modalidade teleológica. E com ‘deve’ o falante fala da obrigação do “sujeito” em terceira pessoa, ou ordena quando o “sujeito” está em segunda pessoa.

Enfim, nesta seção podemos perceber que ‘deve’ pode ser combinado com a fonte de ordenação deôntica quando orientado para o futuro, expressando o que é o certo a ser feito, dado as obrigações e deveres do sujeito. Somente conseguimos uma interpretação deôntica para ‘devia’ quando o verbo da sentença prejacente é estativo, e então a diferença entre o ‘deve’ deôntico e o ‘devia’ é que com ‘devia’ o falante se mostra subjetivamente descrente de que p seja/será real, e com ‘deve’ o falante não se posiciona quanto a factualidade de p , se mostrando neutro quanto a isso, ele apenas indica o que é mais correto. Nesse caso, vimos que o ‘deve’ deôntico parece indicar que há uma probabilidade mais real de p ser verdadeira do que com ‘devia’. Foi visto também que com verbos que indicam fenômeno da natureza na sentença prejacente, nem ‘deve’ e nem ‘devia’ podem ser deônticos. Com relação aos atos de fala, percebemos que somente ‘deve’ pode expressar ordem, e ele também indica conselho, assim como ‘devia’. Vimos ainda, que quando utilizamos ‘devia’ orientado para o futuro, tendemos a interpretar a sentença como um conselho em segunda pessoa ou como o que o falante considera ser o melhor para o sujeito em terceira pessoa, mas aí já estamos no campo da modalidade teleológica que veremos a seguir.

4.3 MODALIDADE TELEOLÓGICA

A modalidade *teleológica* é aquela na qual a base modal é circunstancial, em que se apresentam as circunstâncias relevantes acerca da situação discursiva, e fonte de ordenação é teleológica, pois organizam os mundos da base modal de acordo com o(s) objetivo(s) que se pretende(m) atingir.

No artigo de von Fintel & Iatridou (2008), os autores apresentam um modelo para explicar o uso teleológico da necessidade fraca. Eles dizem que a diferença entre os usos teleológicos se dá pelo morfema de

imperfectivo que combinado com um modal de necessidade forte se transforma em necessidade fraca e gera uma segunda fonte de ordenação, que é veiculada pelo morfema do imperfeito. Os autores fazem sua análise se amparando no ‘ought to’ do inglês. A proposta de von Fintel & Iatridou (2008), parcialmente, não funciona para os modais ‘deve’ e ‘devia’ do português brasileiro. Isto pode ser concluído ao se aplicar o teste da contradição e do reforço propostos pelos autores. Tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ passam no teste, como já foi apresentado no capítulo 2, o que os torna modais de necessidade mais fraca. Vimos que tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ comparam alternativas de mundos dizendo que os mundos onde p é o caso são mais possíveis do que os mundos onde não- p é o caso, e isso significa dizer que eles são modais de necessidade fraca. Portanto, se ‘deve’ já é um modal de necessidade fraca, o resultado da combinação com o morfema ‘-ia’ não será o que os autores propõem, visto que a combinação da necessidade forte com o imperfeito gera a necessidade fraca, mas os dois auxiliares modais já foram avaliados com sendo modais de necessidade fraca, portanto já não é possível formar com ‘deve’ e ‘devia’ o que eles propõem, visto que para isso, ‘deve’ teria que ser um modal de necessidade forte que combinado com o imperfeito geraria um modal de necessidade fraca, porém não é isso o que temos no PB. E, igualmente, não serve para ‘devia’, pois ele já é um modal de necessidade fraca e já possui o morfema de imperfectivo. Dado isso, a composição da necessidade fraca proposta por Von Fintel & Iatridou não funciona para os modais do PB.

Com os exemplos abaixo, serão observados como os dois verbos em questão se comportam quando presentes em um contexto teleológico. Nesse caso, começemos com verbos que indicam fenômeno da natureza na sentença prejacente:

- (23) Para ir à praia, amanhã deve ter sol.
- (24) Para ir à praia, amanhã devia ter sol.

Nos casos acima, só (23) pode ter uma leitura teleológica. Imagine que as circunstâncias que envolvem (23) são que o falante quer ir à praia amanhã, porém ele só poderá ir se tiver sol. E a fonte de ordenação irá ordenar os mundos de acordo com o objetivo do falante, que é ir à praia amanhã, portanto, nos mundos ideais todos os objetivos do falante são atingidos, então os mundos ideais são aqueles onde amanhã fará sol e o falante vai à praia. Sendo assim, (23) significa que dados os fatos circunstancialmente relevantes, em todos os mundos mais próximos dos ideais (aqueles onde amanhã faz sol e o falante vai à praia), faz sol amanhã

e o falante vai à praia, portanto, em todos os mundos mais próximos dos ideais o falante atinge todos os seus objetivos. Portanto, os mundos em que amanhã faz sol e o falante vai à praia estão mais próximos dos ideais ou estão melhor ordenados do que os que falante não vai a praia amanhã.

(24) pode ter uma leitura de desejo, algo tipo: Eu quero que amanhã faça sol para poder ir à praia. No entanto, a fonte de ordenação já não é mais teleológica e sim bulética, visto que os mundos da base modal passam a ser ordenados de acordo com o que se deseja, e não mais de acordo com o objetivo que se quer atingir, portanto trata-se de outra modalidade.

Vejamos um contexto teleológico, onde ‘deve’ e ‘devia’ aparecem e apresentam um verbo estativo na sentença prejacente:

- (25) Para conquistar o cargo, você deve ser persistente.
 (26) Para conquistar o cargo, você devia ser persistente.

Dado que, em (25) e (26) o falante fala sobre o que é melhor, temos o ato de fala de aconselhar, isto é, ao proferir tanto (25) quanto (26) o falante realiza a ação de aconselhar o ouvinte a fazer o que é o melhor para atingir seu objetivo. Sabendo que o João está desempregado, que ele quer conquistar o cargo, e que ele precisa ser persistente para conquistar. A fonte de ordenação determina os mundos ideais e ordena os mundos da base modal de acordo com os ideais. Os ideais são aqueles onde o João conquista o cargo. Desse modo, (25) significa que o melhor a fazer para conquistar o cargo é ser persistente. Com ‘deve’ o falante dá menos alternativas de como conseguir atingir a meta, com (25), o falante considera que em todos os mundos mais próximos dos ideais ele conquista o cargo e ele é persistente. Já com ‘devia’ ele deixa o sujeito mais livre para optar em o que fazer para conseguir o cargo, no entanto ele aconselha que o melhor para atingir a meta dele é sendo persistente, dessa forma, o falante é menos impositivo ao utilizar ‘devia’. Em (25), com ‘deve’ parece que o falante não proporciona muita opção de escolha para o ouvinte sobre o que é melhor a fazer para alcançar o objetivo de conquistar o cargo, e somente diz que o melhor é ser persistente. Já com ‘devia’, o falante deixa o ouvinte mais aberto para fazer sua escolha sobre o que irá fazer, porém o falante mostra o que é o melhor para ele conseguir o que pretende, isso de maneira menos incisiva do que com ‘deve’. Portanto, parece que com (25) o falante é mais incisivo do que com (26), isto é em (25) o sujeito tem menos opções do que em (26), e por isso temos a impressão de que em (25) o conselho é mais incisivo que em (26).

Portanto, a diferença entre (25) e (26) é que a primeira aconselha de maneira um tanto quanto mais incisiva do que na segunda, que deixa o

sujeito mais livre para fazer sua escolha, já que deixa em aberto que podem existir outras opções, no entanto o falante mostra a que ele considera ser a melhor. Enfim, no uso teleológico, apenas com uma sutil diferença, tanto de ‘deve’ quanto de ‘devia’, o falante carrega uma certa dose de conselho ou do que é o melhor a fazer para atingir um objetivo.

Atente agora para (27) e (28), nos quais se tem um eventivo na sentença prejacente:

- (27) Para passar no vestibular, você deve estudar.
 (28) Para passar no vestibular, você devia estudar.

A ideia da denotação das sentenças acima é a mesma de (25) e (26). Tanto em (27) quanto em (28) o falante aconselha o ouvinte a estudar para atingir seu objetivo de passar no vestibular, já que ele considera que essa é a melhor forma de conseguir o que ele quer. No entanto, (27) parece indicar que o falante não tem outra alternativa melhor para alcançar sua meta, ao passo que em (28) o falante mostra o que é o melhor, mas deixa em aberto que pode haver outros meios de ele atingir seu objetivo, deixando assim, o sujeito mais livre para optar em fazer o que ele aconselhou ou não. Da mesma forma que o par mínimo anterior, percebemos que (27) parece ser mais incisiva do que (28), ao passo que a primeira proporciona menos alternativas de escolha para o ouvinte do que a segunda. Essa sutil diferença que apreendemos com ‘deve’ e ‘devia’ orientados para o futuro na modalidade teleológica é acarretada pelo imperfeito.

Com relação a factualidade de p , percebe-se que em todos os casos acima, com ‘deve’ o falante se mostra neutro quanto a p se tornar fato ou não, apenas indicando o que é o melhor para atingir dado objetivo. Já com ‘devia’ o falante parece não crer que p será fato, com isso vemos que ‘devia’ mostra a posição subjetiva do falante ao passo que ‘deve’ não desempenha esse papel.

Sendo assim, vimos que no uso teleológico, temos que os modais indicam o que é o melhor a ser feito para atingir seu objetivo, no entanto, a diferença entre um e outro é que ‘deve’ apresenta um conselho mais incisivo do que ‘devia’, já que com ‘deve’ parece que o sujeito aconselhado tem apenas a opção de fazer o que falante diz ser o melhor para atingir a meta, ao passo que com ‘devia’ o falante deixa mais livre a opção de escolha do sujeito aconselhado no sentido de que ele dá mais alternativas de escolha, mas do mesmo modo ele indica o que é o melhor a ser feito para atingir o objetivo desejado.

4.4 UMA SEMÂNTICA PARA ‘DEVE’ E ‘DEVIA’

Como foi visto na seção 3.1, ‘deve’ é especializado em sentido epistêmico no sentido em que essa é sua interpretação *default*, já ‘devia’ pode ter uma interpretação epistêmica, embora ocorra em contextos estritamente restritos, ela está presente no modal e é diferente do significado epistêmico de ‘deve’. Visto todas as análises intuitivas acima, parte-se para a proposta teórico-formal desses fenômenos, e como já foi dito, será baseada na proposta de Kratzer (1991, 2010) sob a abordagem da semântica de mundos possíveis. Esperamos depois mostrar que essa análise pode ser estendida aos usos circunstanciais de ‘deve’ e ‘devia’.

Analisando composicionalmente os modais ‘deve’ e ‘devia’, temos que ‘[dev-]’ é o item lexical que carrega a informação da força modal de necessidade. Como Kratzer afirma, existem dois graus de necessidade, e já vimos que tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ são modais de necessidade fraca, no entanto, também tomamos conhecimento de que eles não dizem o mesmo. Além disso, a causa dessas diferenças semânticas, como veremos logo adiante, se deve ao fato da presença do imperfeito em ‘devia’ e da ausência dele em ‘deve’.

Utilizaremos o último exemplo da seção sobre a modalidade epistêmica para fazer a análise teórica, então por conveniência, repetiremos as sentenças:

- (7) O avião deve pousar às duas horas.
- (8) O avião devia pousar às duas horas.

Para trabalhar a semântica de (7) e (8), é necessário que tenhamos a definição de necessidade fraca como ponto de partida: “Uma proposição p é uma necessidade fraca em um mundo w com respeito a uma base modal f e uma fonte de ordenação g se e somente se p é uma possibilidade melhor do que não- p em w com respeito a f e g .” Uma proposição p é uma possibilidade melhor do que uma não- p significa dizer que p é melhor ordenada do que não- p , ou p está mais próximo dos mundos ideais do que não- p . Considerando o mesmo fundo conversacional descrito na seção 3.1 para (7) e (8), a paráfrase para (7) é: Por tudo o que eu sei, e se os fatos se desenrolarem normalmente – o normal nesse caso é que o previsto ocorra, ou seja, que o avião pouse às duas horas – o avião pousará às duas horas. Com foi visto, (7) expressa uma probabilidade, um resultado objetivo sobre o que é mais provável dado o que se sabe e se tudo ocorrer normalmente. Para definir a semântica de (7), é necessário que definamos a base modal e

a fonte de ordenação. Quando o falante profere (7), o morfema de presente, que podemos supor estar em ‘deve’, atribui um valor ao mundo, isto é, o falante está avaliando a proposição tendo como respaldo o mundo real, ou seja, o falante pensa no mundo real, ele se baseia nos mundos que são semelhantes ao dele para avaliar a factualidade do evento denotado pela prejacente. Definido sobre qual mundo o falante está se referindo, sabe-se que o mundo ao qual a fórmula da necessidade fraca se refere é, no caso de ‘deve’, o mundo real. Feito isso, vamos pensar na base modal. A base modal é epistêmica, portanto ela será composta pelos mundos que compartilham as proposições que o falante tem por conhecimento. No entanto, ‘deve’ restringe os mundos mais refinadamente, ou seja, os mundos da base modal epistêmica de ‘deve’ irão conter não apenas os mundos que têm os mesmos fatos que o mundo real, mas aqueles que estão mais próximos do mundo real, ou seja, aqueles que são mais semelhantes ao real. Isso quer dizer que a base modal contém os mundos que compartilham as mesmas proposições que o conhecimento do falante sobre o mundo real e estão mais próximos do mundo real logo, os mundos super diferentes do mundo real, mas que compartilham com ele as proposições como “o avião saiu de São Paulo à uma hora”, “o trajeto de avião de São Paulo a Florianópolis é de uma hora”, estão excluídos da base modal. Assim, a base modal é restrita não apenas aos mundos que compartilham os mesmos fatos, mas àqueles que são semelhantes ao mundo real, conforme a figura 6 representa:

Figura 6 - Representação da restrição de mundos da base modal epistêmica de ‘deve’.



Legenda da Figura 6:

W = conjunto de todos os mundos possíveis.

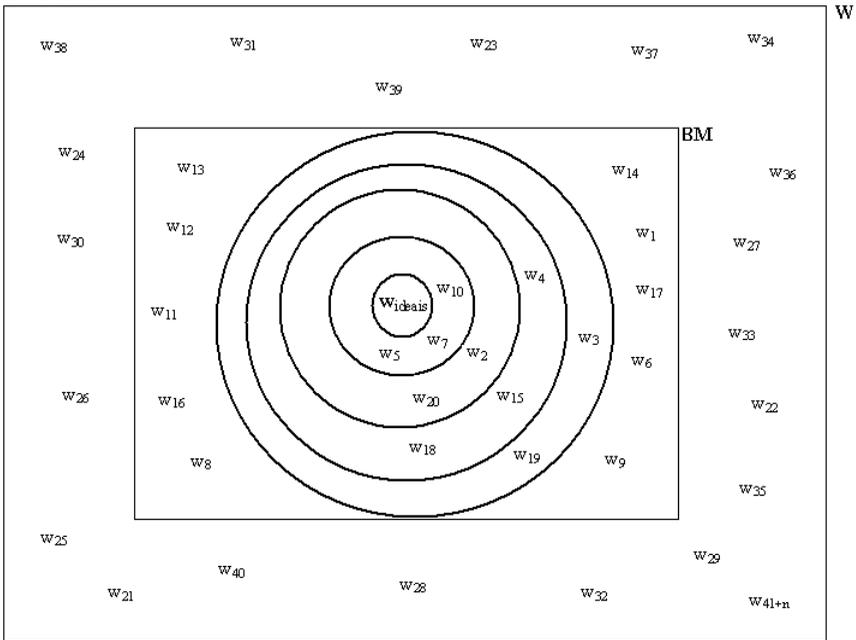
BM = Base modal epistêmica de ‘deve’ em (7).

w_{41+n} = São os mundos 41 em diante; indica que continua a infinidade de mundos possíveis.

Dado a sentença (7), de acordo com a figura 6, temos no conjunto da BM todos os mundos que contêm fatos que constituem o conhecimento do falante sobre o mundo e ainda, desses mundos, somente os que são semelhantes ao real (w_1 a w_{20}), portanto os mundos que contêm as proposições que constituem o conhecimento do falante e são super diferentes do mundo real estão fora do conjunto da BM , no caso da figura 6, esses mundos estarão entre os mundos w_{21+n} , isto é, estarão dentro de W e fora do conjunto da BM . Como mostra a figura 6, os mundos que formam a base modal epistêmica de (7) são os mundos de w_1 a w_{20} . Feita essa restrição, a fonte de ordenação irá atuar na BM ordenando esses mundos segundo o que entendemos ser a normalidade, feito isso é formada uma nova base cujos mundos estarão todos ordenados conforme o que é mais normal. Dessa forma, a fonte de ordenação irá estabelecer quais são os mundos ideais do contexto de (7) e a partir disso irá ordenar os mundos da

BM conforme sua proximidade com os ideais. Os mundos ideais estabelecidos por uma fonte de ordenação estereotípica são aqueles mundos onde tudo ocorre normalmente, ou seja, nenhum imprevisto ou acidente acontece. Portanto, no contexto de (7), os mundos ideais (w_{ideais}) são aqueles onde tudo ocorre normalmente e o avião pousa em Florianópolis às duas horas. A figura 7 ilustra a ordenação dos mundos da BM:

Figura 7 - Representação da atuação da fonte de ordenação na BM anteriormente estabelecida.

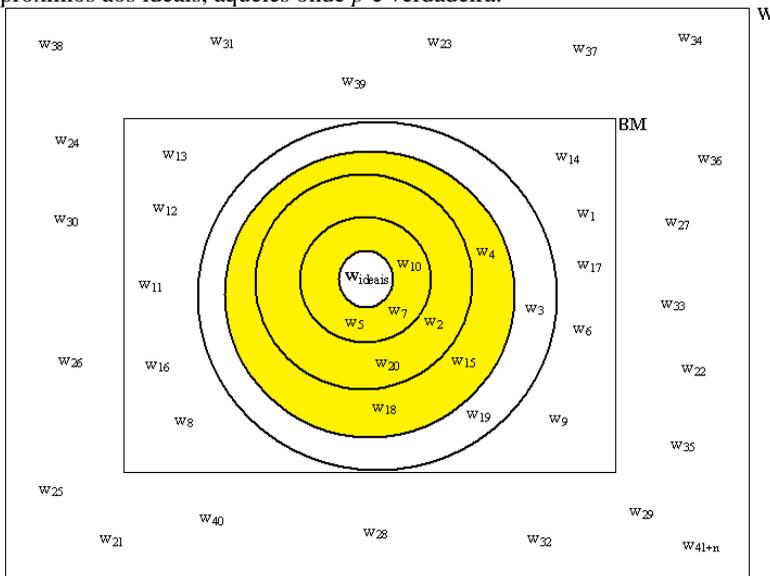


Segundo o que mostra a figura 7, os mundos w_5 , w_7 e w_{10} estão na esfera de mundos mais próximos dos mundos ideais (isto é, estão melhor ordenados), logo em seguida vêm os mundos w_2 e w_{20} ; depois w_4 , w_{15} e w_{18} ; depois w_3 e w_{19} ; e por último w_1 , w_6 , w_8 , w_9 , w_{11} , w_{12} , w_{13} , w_{14} , w_{16} e w_{17} . Essa hierarquia de normalidade (ou seja, a fonte de ordenação estereotípica) pode ser esquematizada da seguinte forma:

$$(29) w_{ideais} < w_5, w_7 \text{ e } w_{10} < w_2 \text{ e } w_{20} < w_4, w_{15} \text{ e } w_{18} < w_3 \text{ e } w_{19} < w_1, w_6, w_8, w_9, w_{11}, w_{12}, w_{13}, w_{14}, w_{16} \text{ e } w_{17}$$

Enfim, a nova paráfrase para (7) com base na delimitação da base modal e da fonte de ordenação como foi visto acima será: nos mundos similares ao real (base modal epistêmica), nos mais próximos aos ideais (fonte de ordenação estereotípica), ‘o avião pousa às duas horas’ é melhor (ordenado) do que ‘o avião não pousa às duas horas’. Portanto, a semântica de (7) indica que em todos os mundos similares ao real que estão mais próximos dos mundos ideais, a proposição ‘o avião pousa às duas horas’ (ou os mundos nos quais a proposição ‘o avião pousa às duas horas’ é verdadeira.) está mais próximo dos ideais do que ‘o avião não pousa às duas horas’. Deste modo, dado que só temos mundos próximos/semelhantes ao real, então o falante aposta que o mundo real vai estar entre os mundos mais próximos do ideal. Na figura abaixo, temos a base modal de (7), onde a área pintada representa os mundos mais próximos aos ideais, aqueles onde p é verdadeira, assim sendo, o falante aposta que o mundo real está entre os mundos da área pintada:

Figura 8 - Base modal de (7), onde a área pintada representa os mundos mais próximos aos ideais, aqueles onde p é verdadeira.



De acordo com o que foi visto, os mundos em que p é verdadeira são w_5 , w_7 , w_{10} , w_2 , w_{20} , w_4 , w_{15} e w_{18} . Portanto, o falante aposta que o mundo real será um desses mundos, isto é o falante considera que há mais chances

de o mundo real ser um mundo p do que não- p , visto que a base modal só possui mundos similares ao real.

Agora vamos à análise teórica de (8), utilizando o mesmo contexto de (7). O falante sabe que o avião saiu de São Paulo à uma hora e vô demora uma hora. O avião ainda não chegou, e o falante não sabe se o avião vai pousar às duas horas, portanto o significado intuitivo de (8) é: Dado tudo o que eu sei, é para o avião pousar às duas horas, mas eu acho que ele não vai. O falante tem algum motivo ou uma intuição de que o avião não vai pousar às duas horas, ele se mostra subjetivamente negativo quanto à factividade do evento denotado pela sentença prejacente, portanto ao contrário de ‘deve’, com ‘devia’ o falante parece acreditar que não- p . Essa ideia de que o falante acha que não vai acontecer o evento da prejacente é a não-factividade, definida por Lyons (1977). E segundo Iatridou (2000), a não-factividade é uma implicatura conversacional disparada pelo imperfeito. Pessoto e Pires de Oliveira (2011) analisam a atuação do imperfeito em ‘podia’ e concluem que a interpretação de desejo também é considerada uma implicatura. Para a não-factividade do imperfeito ser mesmo uma implicatura, ela deve poder ser cancelada da seguinte forma:

(8’) O avião devia pousar às duas horas, e eu acho que ele vai.

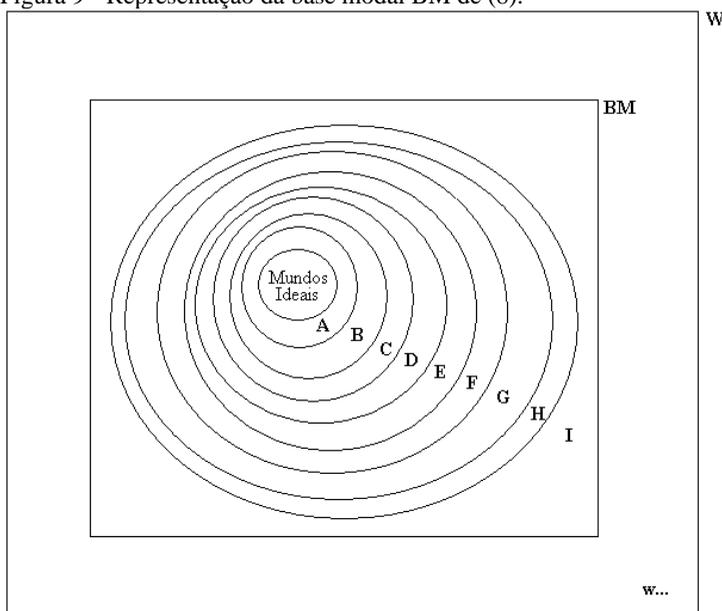
(8’’) O avião devia pousar às duas horas, e eu acho que ele não vai.

Em (8’) a implicatura da não-factividade foi cancelada com a sentença ‘e eu acho que ele vai’, visto que a sentença não é contraditória, por afirmar que o falante acha que o avião vai mesmo pousar às duas, assim sendo sua paráfrase fica: Dado o pouco que eu sei – porque por exemplo só ouvi falar que é esse o horário -, é para o avião pousar às duas, e eu acho que é isso mesmo o que vai acontecer. E (8’’) também cancela a implicatura pois a sentença ‘e eu acho que ele não vai’ não ocasiona redundância ao se reforçar que o falante acha que não vai acontecer de o avião pousar às duas horas, desse modo sua paráfrase é: dado o pouco que eu sei, é para o avião pousar às duas, mas eu acho que ele não vai. Se a não-factividade é uma implicatura conversacional, então ela não está na semântica de ‘devia’ ou do imperfeito.

Dado que a não-factividade disparada pelo imperfeito é uma implicatura, vamos agora a semântica de ‘devia’ em (8). Vimos que com ‘deve’ o falante tem como suporte o mundo real, mas em ‘devia’ a história é outra. Supondo que o morfema do imperfeito acarreta as diferenças de significados entre ‘deve’ e ‘devia’, a ideia é que por causa do morfema ‘[-ia]’ não há restrição à base modal para além de termos as mesmas proposições que constituem o conhecimento do falante. Isso significa dizer

que a base modal de (8) será composta por todos os mundos nos quais as sentenças ‘o avião saiu de São Paulo à uma hora’ e ‘o vôo de São Paulo até Florianópolis demora uma hora’ são verdadeiras, sendo assim agora temos mundos de todos os modos, mundos totalmente diferentes do mundo real. Como há muitos mundos - parecidos, mas também muitos mundos diferentes e super diferentes do real -, então somos levados a crer que não estamos apostando que esse mundo seja o mundo real (embora possa ser), o que acaba por gerar a implicatura de não-factualidade. A figura 9 abaixo representa a base modal (BM) de (8) já com a fonte de ordenação:

Figura 9 - Representação da base modal BM de (8).



Legenda da Figura 9:

W = conjunto de todos os mundos possíveis

A, B, C, D, E, F, G, H, I = Esferas de mundos ordenadas conforme a normalidade.

w... = Infinitude de mundos possíveis que estão fora da BM.

Lembrando que a BM de (8) contém muito mais mundos do que a BM de (7), já que a BM de (8) contém todos os mundos nos quais as sentenças que constituem o conhecimento do falante são verdadeiras, incluindo desde os mundos semelhantes ao real até os mundos completamente diferentes do real, mas que também compartilham as sentenças que compõem o conhecimento do falante. Deste modo, somos

levados a crer intuitivamente, que dado essa infinidade de mundos, o evento da prejacente não se tornará real, já que temos tantos mundos possíveis, tantas possibilidades, que então acabamos por acreditar que não irá ocorrer no mundo real, embora possa acontecer.

Portanto, com ‘devia’ o falante indica que há um conjunto de mundos na base modal em que p é o caso é melhor (ordenado) do que não- p , mas ele não sabe onde localizar o mundo real e por isso temos a ideia de que p não ocorrerá no mundo real, já que temos muitos tipos de mundos na BM, e diversos tipos de mundos muito longe dos ideais. Assim sendo, (8) ganha então, a seguinte paráfrase: dado o que eu sei, em todos os mundos mais próximos dos normais, o avião pousar às duas é mais provável do que não pousar às duas, mas dado que temos infinitos mundos que se distanciam cada vez mais da normalidade, então supomos que isso não ocorra no mundo real, embora possa acontecer. O falante acaba por se distanciar da facticidade de p com devia, dado que ele tem tantos mundos de todos os tipos na base modal.

O que acontece com ‘deve’ e ‘devia’ epistêmicos é que, o ‘deve’ situa o mundo real, ou seja, o mundo em que o falante se encontra, entre os mundos normais – mundos semelhantes ao real e onde os fatos ocorrem dentro da normalidade, e o falante considera que há mais chances de ‘ p ’ ser verdadeira do que de não ser, e é aí que percebemos a necessidade fraca, em que se tem uma comparação de mundos: os mundos em que ‘ p ’ é verdadeira são mais prováveis do que os mundos em que ‘ p ’ não é verdadeira dado o FC e a fonte de ordenação. Já com ‘devia’ o falante diz que dentre todos os mundos que constituem o seu conhecimento, o mais normal é que p ocorra, mas dado que existem tantos mundos para além dos normais que o falante acaba por inferir que não- p deverá ser o caso, se distanciando da factividade de p , visto que a base modal possui muitos mundos incluindo mundos semelhantes, mundos pouco semelhantes e mundos super diferentes do mundo real.

Nos casos da modalidade deontica e teleológica com ‘deve’ e ‘devia’, a ideia é a mesma, no sentido da restrição dos mundos da base modal. Na modalidade deontica, vimos que somente ‘deve’ pode ter uma interpretação de obrigação ou ordem, portanto os mundos da base modal de ‘deve’ serão todos os mundos que contêm as informações relevantes acerca das circunstâncias que envolvem a situação discursiva, e a fonte de ordenação irá organizar os mundos dessa base modal de acordo com a lei, ou o que é permitido ou obrigatório dado a proximidade com um mundo ideal que é estabelecido pelo contexto. Sendo assim, a paráfrase para a sentença (19), já apresentada na seção sobre modalidade deontica:

(19) De agora em diante, o João deve chegar em casa até às 11 horas.

seria: Dado os fatos circunstancialmente relevantes (o João chegou em casa muito tarde e os pais deles não gostaram) – base modal circunstancial – em todos os mundos mais próximos dos ideais (os mundos ideais são aqueles onde as regras dos pais do João vigoram) – fonte de ordenação deontica – de agora em diante, o João chega em casa até às 11 horas. Isto é, os mundos nos quais, de agora em diante, o João chega em casa até às 11 horas estão melhor ordenados ou mais próximos dos ideais do que os mundos onde ele não chega. Portanto, com fonte de ordenação deontica, o que ‘deve’ faz é mostrar o que é o mais correto dado o que a lei ou as regras ditam.

Já para a modalidade teleológica vimos que tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ se combinam com essa fonte de ordenação. A diferença percebida intuitivamente foi de que as sentenças com ‘deve’ e ‘devia’ mostram que o falante aconselha o ouvinte a fazer o que é o melhor para ele atingir os seus objetivos. No entanto, ‘deve’ aconselha o falante de forma mais incisiva do que ‘devia’, de forma que o ouvinte tem menos opções do que escolher fazer com ‘deve’ do que com ‘devia’, que deixa o destinatário mais livre para tomar a decisão do que fazer, dessa forma o falante mostra mais distanciamento quanto a factividade de p com ‘devia’ e com ‘deve’ ele se mantém mais neutro quanto a factualidade de p . Toda essa idéia pode ser captada pela mesma análise dos usos epistêmicos de ‘deve’ e ‘devia’, já que esse distanciamento e mais opções de escolha sobre o que fazer que o falante denota ao aconselhar o ouvinte com ‘devia’ pode ser captada pela base modal mais carregada de mundo possíveis, mais abrangente de possibilidades, embora ela também mostre o que é o melhor. Com ‘deve’ então a idéia de que o falante tem menos opções de escolha pode ser captada pela base modal ser mais restrita aos mundos que contêm os fatos circunstancialmente relevantes e que são também semelhantes ao real, o que limita muito mais as possibilidades, tornando mais possível as possibilidades mais próximas do mundo real.

Finalmente, de acordo com o que foi apresentado nesse capítulo, podemos fazer a seguinte generalização: ‘deve’ em quaisquer das modalidades é mais factual dado que sua base modal se restringe aos mundos mais semelhantes ao real, e o falante se mostra mais neutro quanto ao comprometimento com a factualidade de p , ele simplesmente fala o que é mais provável (epistêmico), ou o que é mais correto (deontico), ou o que é melhor (teleológico). Já ‘devia’ parece sempre carregar uma não-factualidade, que também pode ser entendida como um distanciamento do falante para com a factividade de p .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa dissertação foi analisar os significados dos auxiliares modais ‘deve’ e ‘devia’, para definir suas especializações, isto é, com quais bases modais eles “aceitam” e preferem se combinar; e ainda suas semelhanças e diferenças. Outro ponto fundamental que tentamos descobrir foi se o modelo de Kratzer resolve a questão dos significados variados de ‘deve’ e ‘devia’. Para isso, exploramos algumas hipóteses:

- ‘Deve’ e ‘devia’ são considerados dois verbos distintos, já que possuem especializações distintas;
- Os dois auxiliares são considerados modais de necessidade fraca, já que estabelecem uma comparação entre mundos;
- As diferenças entre eles são fruto da presença do morfema de imperfeito em ‘devia’ e da sua ausência em ‘deve’.

No capítulo I, fizemos uma breve introdução à modalidade das línguas naturais, de forma a traçar um paralelo entre as visões formalista e funcionalista da modalidade, e apresentamos as justificativas por adotarmos a vertente formal. Ainda no primeiro capítulo descrevemos o que caracteriza os auxiliares modais, além de discutir sua estrutura sintática, suas relações com tempo. Vimos que esses verbos possuem estrutura sintática de inacusativos segundo Miotto *et al* (1999), já que não impõem restrições quanto ao argumento externo. E segundo, Portner (2009), os auxiliares modais possuem estrutura de verbos de alçamento quando proferidos em contexto epistêmico, e de verbos de controle quando em contextos deonticos. Com relação às questões de tempo, concluímos que a perspectiva temporal de ‘deve’ é sempre presente e a orientação temporal é dada pela prejacente. A perspectiva temporal de ‘devia’ pode ser interpretada como de passado ou de presente, e a orientação temporal do evento da sentença encaixada parece influenciar na interpretação do auxiliar. Com isso, entendemos que ‘deve’ e ‘devia’ possuem uma estrutura sintática diferente, contudo esse foi um tema que não desenvolvemos, embora muito há o que se trabalhar.

O capítulo segundo mostrou como o modelo de Kratzer pôde se aplicar aos auxiliares modais em questão. Vimos que a grande contribuição que Kratzer desenvolveu foi o conceito de fonte de ordenação que remete a idéia de gradualidade. Observamos que um mesmo modal pode assumir diferentes significados se não delimitarmos o contexto e que não estamos diante de um fenômeno de ambiguidade, mas sim de indeterminação

contextual, como defende Kratzer. Ainda nesse capítulo vimos que a necessidade expressa por ‘tem que’ é mais forte do que a expressa por ‘deve’ e ‘devia’, conforme Pires de Oliveira & Scarduelli (2008), já que ‘tem que’ não compara alternativas de mundos, ao passo que ‘deve’ e ‘devia’ comparam, sendo então, esses últimos considerados modais de necessidade fraca, pois eles indicam que p é mais ordenado do que $\text{não-}p$. Com isso, levantamos as questões: Se os dois verbos indicam necessidade fraca, então eles dizem o mesmo? Se não, então qual é a diferença entre eles?

O capítulo III pretendeu responder essas questões. Para isso, fizemos um histórico de casos em que ‘deve’ e ‘devia’ são confrontados em contextos epistêmicos, deônticos e teleológicos, ou sob os termos de Kratzer, com fonte de ordenação estereotípica, deôntica e teleológica. A ideia que se defendeu foi de que o morfema de imperfectivo presente em ‘devia’ é responsável pelas diferenças semânticas constatadas entre esses dois auxiliares modais. A partir das análises consideradas nesse capítulo pudemos concluir que:

- Com base modal epistêmica e fonte de ordenação estereotípica:

a) ‘deve’ é facilmente encontrado em contextos *epistêmicos*, dado que ele tem uma interpretação de alta probabilidade de p ser o caso, e essa parece ser sua interpretação *default* ;

b) ‘deve’ em contexto epistêmico indica um resultado objetivo a partir de evidências, isto é, uma espécie de estatística, probabilidade, simplesmente as evidências apontam para p ser o caso.

c) ‘devia’ não “gosta” de se combinar com base modal epistêmica, pois vimos que a interpretação epistêmica com orientação futura foi captada em contextos muito restritos e, possivelmente, pouco utilizada na língua vernácula. Mas vimos que essa interpretação epistêmica para ‘devia’ existe, e ela não significa o mesmo que o ‘deve’ epistêmico;

d) a diferença entre o ‘deve’ e o ‘devia’ epistêmicos é que com ‘deve’ o falante se mostra mais neutro quanto a factividade do evento da prejacente, enquanto que com ‘devia’ ele expõe subjetivamente sua descrença de que p será fato, embora as evidências estejam apontando para p ser o caso.

- Base modal circunstancial e fonte de ordenação deôntica:

a) ‘Deve’ pode ser combinado com a fonte de ordenação deontica facilmente, expressando o que é o certo a ser feito, dado as obrigações e deveres do sujeito;

b) Somente conseguimos uma interpretação deontica para ‘devia’ quando o verbo da sentença prejacente é estativo, e a diferença entre o ‘deve’ deontico e o ‘devia’ é que com ‘devia’ o falante se mostra subjetivamente descrente de que p seja/será real, e com ‘deve’ o falante não se posiciona quanto a factualidade de p , se mostrando neutro quanto a isso. Nesse caso, o ‘deve’ deontico parece indicar que há uma probabilidade mais real de p ser verdadeira do que com ‘devia’;

c) Nos casos em que ‘deve’ e ‘devia’ eram completados por verbos que indicam fenômeno da natureza, não podemos ter interpretação deontica nem para ‘deve’ e nem para ‘devia’;

d) Com relação aos atos de fala, percebemos que somente ‘deve’ pode expressar ordem, e ele também indica conselho. E ‘devia’ somente expressa conselho.

e) A interpretação deontica vista para ‘devia’ é pouco utilizada na língua vernácula, mas ela é possível e é diferente da de ‘deve’.

• Base modal circunstancial e fonte de ordenação teleológica:

a) Tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ podem se combinar com fonte de ordenação teleológica expressando o que é o melhor a ser feito para se atingir o(s) objetivos(s), e essa idéia nos remete a interpretação de conselho tanto para um quanto o outro;

b) O conselho expressado por ‘deve’ parece ser mais incisivo do que com ‘devia’.

c) ‘Devia’ parece deixar o ouvinte mais aberto ou livre para decidir o que fazer, mesmo indicando o que ele considera o melhor;

d) Constatamos que o imperfeito é responsável por essa fina distinção, quando ele abre a base modal para muito mais mundos, ou seja, muito mais possibilidades, do que com a base modal de ‘deve’, o que nos faz interpretar um conselho com ‘deve’ com menos alternativas do que com ‘devia’, que dá mais alternativas para o ouvinte ou o deixa mais livre para escolher o que fazer;

e) Com fenômeno da natureza na prejacente, somente ‘deve’ se combina com fonte de ordenação teleológica. E ‘devia’ passa para uma leitura bulética.

f) Com relação aos atos de fala, tanto ‘deve’ quanto ‘devia’ expressam conselho, e diferença entre eles é que com ‘deve’ o falante é

mais incisivo e ele proporciona menos opções sobre o que o falante poderá escolher fazer.

g) Outra diferença constatada é que com ‘deve’ o falante se mostra neutro quanto a factualidade de p , ao passo que com ‘devia’ ele se posiciona subjetivamente com a não factualidade de p .

Dado as descrições intuitivas, pudemos concluir que ‘deve’ em quaisquer das modalidades é mais factual dado que sua base modal se restringe aos mundos mais semelhantes ao real, com isso o falante se mostra mais neutro quanto ao comprometimento com a factualidade de p , ele simplesmente fala o que é mais provável (epistêmico), ou o que é mais correto (deontico), ou o que é melhor (teleológico). Essa neutralidade nos permite entender a avaliação do sujeito como objetiva a respeito da factualidade da sentença prejacente. Já ‘devia’ parece sempre carregar uma não-factualidade, que também pode ser entendida como um distanciamento do falante para com a factividade de p , o que nos mostra a subjetividade do falante em mostrar que ele não aposta que p se tornará fato. Concluimos que o modelo de Kratzer se aplica para explicar as diferenças semânticas entre ‘deve’ e ‘devia’, com as noções de necessidade fraca, base modal, fonte de ordenação e fundo conversacional, porém, além disso, necessitamos lançar mão das idéias de factualidade/não-factualidade e subjetividade/objetividade para diferenciá-los, como vimos no capítulo terceiro.

Enfim, dado que a literatura de Kratzer, cuja fundamentação teórica é a semântica de mundos possíveis, é uma teoria extremamente densa e complexa, só o entendimento desse modelo já foi considerado grande um desafio. Além disso, como vimos, não há trabalhos no português brasileiro que tratem dos significados modais de ‘deve’ e ‘devia’, a fim de atribuí-los uma semântica, portanto, essa dissertação é um início para futuras e novas pesquisas, já que dentro dela há uma série de questões em aberto, as quais poderão ser tema para pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

- CARRASCOSSI, Cibele Naidhig de Souza. *A interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa*. 139 fls. Dissertação de Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.
- CORBARI, Alcione Tereza, BIDARRA, Jorge. *O modal dever epistêmico e deôntico: um problema de processamento lexical*. 2007. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v11/m317155.pdf>>, em abril de 2011.
- FREGE, Gottlob. *Sobre sentido e a referência*. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, p. 59-86, 1978.
- IATRIDOU, Sabine. *The grammatical ingredients of counterfactuality*. 2008. Disponível em: <<http://web.mit.edu/linguistics/people/faculty/iatridou/counterfactuality.pdf>> Acesso 10 nov. 2010.
- KRATZER, Angelika. *The notional category of modality*. In: EIKMEYER, H.J. & RIESER, R. (eds.), *Words, Worlds, and Contexts. New Approaches in Word Semantics*. Berlin: de Gruyter. 1981.
- _____. *Modality*. In: VON STECHOW, A. & D. WUNDERLICH (orgs), *Semantics: An International Handbook of Contemporary Research*. Berlin: de Gruyter, 1991.
- _____. *The notional category of modality*. In: *Collected Papers on Modals and Conditionals*. A ser publicado pela Oxford University. 2010.
- LUNGUINHO, Marcos Vinícius da Silva. *A ordem dos verbos auxiliares: Uma análise em termos de traços*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- LYONS, John. *Semantics*. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO E SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Ana Cristina, *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Volume 2, 5ª ed., - São Paulo: Cortez, 2006.

PALMER, Frank Robert. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press. 2edição. 2001.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta & MORTÁRI, Cezar. *A Modalidade e o Condicional nas Línguas Naturais. Uma introdução à semântica de mundos possíveis*. (Manuscrito)

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; PESSOTO dos SANTOS, Ana Lúcia. Wishing it were: *podia* and the implicature of desire in Brazilian Portuguese. In: LIMA, S. (ed) *Proceedings of SULA5 – Semantic for Under-represented Language in America*. 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta & SCARDUELLI, Jaqueline Alves. *Explicando as diferenças semânticas entre 'ter que' e 'dever': Uma proposta em semântica de mundos possíveis*. 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/viewFile/1476/1181>>. Acesso em: 2 fev. 2010.

PORTNER, Paul. *Modality*. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

STOWELL, Tim. *Tense and modals*. In: Guéron, J. & J. Lecarme (eds.), *The Syntax of Time*. MITPress, 2004.

VON FINTEL, Kai. *Modality and Language*. Disponível em: <<http://mit.edu/fintel/www/modality.pdf>>, 2005. Acesso em: 25 fev. 2010.

VON FINTEL, Kai. & IATRIDOU, Sabine. *How to Say Ought in Foreign: The Composition of Weak Necessity Modals*. 2008. Disponível em: <<http://mit.edu/fintel/fintel-iatridou-2008-ought.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

APÊNDICE – Testes Epistêmicos

Imagine uma situação em que você está procurando o João que é meu colega de departamento e cuja sala fica logo adiante. Eu sei que normalmente o João está na sala dele. (1) e (2) são seqüências igualmente boas para o pedido? Em que elas diferem?

- Estou procurando o João

(1) Ele deve estar na sala dele, a sala 245.

(2) Ele devia estar na sala dele, a sala 245.

RESPOSTA A:

As duas são boas p/ o pedido. Porém, em (2) João tem a obrigação de estar na sala dele, enquanto que em (1) essa obrigação não é vista.

RESPOSTA B:

Acho que (1) responde bem ao pedido, no caso de quem está procurando o João ainda não ter ido até a sala dele e a outra pessoa diz (1).

Já (2), só é adequada em uma situação em que a pessoa que está procurando o João já esteve na sala dele, mas ele não estava; então a outra pessoa (a que é colega do João e que sabe que normalmente ele está na sala dele) diz (2).

RESPOSTA C:

(1) Ele deve estar na sala dele, a sala 245. Nessa parece que você ainda não o procurou na sala dele, o lugar mais provável de o encontrar.

(2) Ele devia estar na sala dele, a sala 245. Nessa parece que você já procurou na sala dele e não o encontrou.

RESPOSTA D:

(1) Ele deve estar na sala dele, a sala 245.

Essa assume que ele estar na sala dele é uma possibilidade! Não sei se é necessário que ele esteja lá. Se for, então (1) seria parafraseável por algo do tipo, “considerando todos os lugares, João está na sala dele.”

(2) Ele devia estar na sala dele, a sala 245.

(2) é estranha nesse contexto. Acho que ela expressa incerteza, do falante. Como se ele tivesse mostrado a sala pra quem perguntou: o cara foi lá e viu

que o João não estava na sala dele. E se comumente qdo esta na universidade ele está na sala dele, logo (2).

RESPOSTA E:

As sentenças são igualmente boas, porém a diferença está no seguinte:

- a. em (2) o falante sabe que a pessoa que procura o João já bateu na porta dele e que ele não está lá. Embora não seja necessário e o falante de (2) apenas não saiba que a pessoa que procura o João ainda não passou lá;
- b. (1) pode ser o caso em que a pessoa pergunta primeiro pra você onde o João está, mas ainda não conferiu, ou o mesmo caso de (2) em que o falante não sabe que a pessoa que procura pelo João já esteve na sala dele e que ele não está lá.

RESPOSTA F:

- (1) Parece que vc tem mais certeza que J está na sala, embora não tenha totalmente certeza;
- (2) Aqui vc tem menos certeza se ele está ou não.

RESPOSTA G:

Acredito que as duas são igualmente boas, apesar de que a (2) supõe que eu já tenha procurado na sala dele, a sala 245.

RESPOSTA H:

- (1) Ele deve estar na sala dele, a sala 245.B (Aqui a pessoa está só perguntando por ele, mas ainda não foi até a sala dele)
- (2) Ele devia estar na sala dele, a sala 245.(Nessa opção de resposta, parece que a pessoa foi até a sala do João e não o encontrou.)

RESPOSTA I:

A sentença (1) é melhor que a sentença (2) para o pedido. A sentença (1) dá a impressão de que a pessoa ainda não esteve na sala do João e vai perguntar sobre onde ele poderia estar. Já a sentença (2) parece aceitável somente se a pessoa já esteve na sala do João, mas ele não estava lá.

RESPOSTA J:

No cenário que vc descreve, p/ mim só a (1) é boa.
A (2) é boa se acontece o seguinte:

Eu pergunto onde o João está e aí você me diz (1).

Vou até a sala do João.

Chego lá e não vejo o João.

Volto a sua sala e digo:

-- O João não ta lá.

Aí você diz.

-- Estranho, ele devia estar na sala dele.